

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Instituto de Ciências Agrárias  
Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais

Rúbia Santos Barbosa Mansur

**CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS DOS  
COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARÁ E DAS VELHAS**

Montes Claros – MG

2022

Rúbia Santos Barbosa Mansur

**CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS DOS  
COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARÁ E DAS VELHAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Edson de Oliveira  
Vieira

Montes Claros – MG

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

Mansur, Rúbia Santos Barbosa.

M289c  
2022      Caracterização e representatividade dos conselheiros dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Pará e das Velhas [manuscrito] / Rúbia Santos Barbosa Mansur. Montes Claros, 2022.  
81f.: il

Monografia (especialização) - Área de concentração em Recursos Hídricos e Ambientais. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Edson de Oliveira Vieira  
Banca examinadora: Delacyr da Silva Brandão Junior, Edson de Oliveira Vieira, Fernando Colen.

Inclui referências: f. 63-64.

1. Água -- Uso. 2. Administração local -- Participação do cidadão. 3. Recursos Hídricos -- Desenvolvimento. 4. São Francisco, Rio, Bacia (MG-AL). I. Vieira, Edson de Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 556.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTAIS

### FOLHA DE APROVAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS CONSELHEIROS DOS COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARÁ E DAS VELHAS

RÚBIA SANTOS BARBOSA MANSUR

Trabalho Final de Curso de Especialização (TFCE) submetido à Comissão de Avaliação designada pela Comissão de Coordenação do curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais.

**TFCE aprovado em 21 de dezembro de 2022 pela comissão de avaliação constituída pelos membros:**

DELACYR DA SILVA BRANDÃO JUNIOR  
Avaliador - ICA/UFMG

EDSON DE OLIVEIRA VIEIRA  
Orientador - ICA/UFMG

FERNANDO COLEN  
Avaliador - ICA/UFMG

Montes Claros, data da assinatura eletrônica.

DALTON ROCHA PEREIRA  
Coordenador de Pós-graduação *Lato Sensu*



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Rocha Pereira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 26/12/2022, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1988585** e o código CRC **C2065080**.

## RESUMO

A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97, estabelece que a gestão das águas brasileiras deve ser realizada de forma compartilhada, democrática e participativa. Para tanto, instituiu os comitês de bacia que são organismos colegiados consultivos e deliberativos para a gestão dos recursos hídricos na respectiva bacia hidrográfica. Em sua constituição estão presentes usuários, poder público e sociedade civil, por meio das comunidades. Quando se fala em representação, quem são os atores, como indivíduos, que participam dos processos de gestão das águas no âmbito do Comitê de bacia do rio Pará (Decreto Estadual nº 39.913 de 22 de setembro de 1998) e do Comitê de bacia hidrográfica do rio das Velhas (Decreto Estadual nº 39.692, de 29 de junho de 1998), considerando que representatividade é essencial para uma boa governança das águas? Este trabalho tem como objetivo levantar o perfil dos conselheiros destes comitês, bacias afluentes do Rio São Francisco, considerando aspectos sociais, econômicos, formação, gênero, dentre outros, além de explorar informações sobre a percepção dos mesmos sobre atuação nos comitês e funcionamento dos mesmos. Nesse sentido, tratou-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa. Para isso, foi aplicado questionário junto aos atores envolvidos e realizada análise posterior de dados e apresentação de propostas de encaminhamento para uma gestão das águas mais inclusiva. O resultado do perfil dos conselheiros dos comitês de bacia demonstrou permanência do perfil elitizado com predominância masculina, branca, de alto nível de escolaridade e renda, se comparado à média brasileira. Observou-se uma maior inserção de jovens adultos nestes comitês, se comparados a estudos similares. Diante do resultado conclui-se que se torna primordial o desenvolvimento de ações, por parte dos comitês de bacia, para ampliação da representatividade nos aspectos sociais, econômicos, formação, gênero, cor/raça/etnia, faixa etária, escolaridade, atuação profissional, renda familiar e capacitação de seus conselheiros considerando que a pluralidade é essencial para uma maior democratização da gestão das águas brasileiras.

Palavras-chave: Lei das Águas. Gestão participativa. Recursos hídricos. Afluentes do Rio São Francisco. Representatividade Social.

## **ABSTRACT**

The National Water Resources Policy, Law 9.433/97, establishes that the management of Brazilian waters must be carried out in a shared, democratic and participatory manner. To this end, it instituted basin committees, which are consultative and deliberative collegiate bodies for the management of water resources in the respective hydrographic basin. Users, government and civil society are present in its constitution, through communities. When talking about representation, who are the actors, as individuals, who participate in the water management processes within the scope of the Pará River Watershed Committee (State Decree No. of the Velhas River (State Decree No. 39,692, of June 29, 1998), considering that representativeness is essential for good water governance? This work aims to raise the profile of the counselors of these committees, tributary basins of the São Francisco River, considering social, sanitary, training, gender, among others, in addition to exploring information about their perception of service in the committees and their functioning. In this sense, it was a descriptive and exploratory research, with a quantitative approach. For this, the practice was applied with the actors involved and subsequent data analysis was carried out and proposals were presented for a more inclusive water management. The result of the profile of the advisers of the diet commissioners controlled duration of the elite profile with a predominance of males, white, with a high level of education and income, compared to the Brazilian average. There is a greater inclusion of young adults in these foods, when compared to similar studies. In view of the result, it is concluded that the development of actions by the basin committees is essential for the introduction of representativeness in the social, medical, training, gender, color/race/ethnicity, age group, education, professional performance, family income and training of its advisers considering that plurality is essential for a greater democratization of the management of Brazilian waters.

**Keywords:** Water Law. Participative management. Water resources. Tributaries of the São Francisco River. Social Representativeness.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do SINGREH.....	20
Figura 2 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Pará .....	31
Figura 3 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.....	33
Figura 4 - Estrutura Organizacional Básica do CBH do Rio Pará.....	34
Figura 5 - Estrutura Organizacional Básica do CBH Rio das Velhas .....	37
Figura 6 - Perfil gênero/sexo CBH do Rio Pará.....	42
Figura 7 - Perfil gênero/sexo CBH Rio das Velhas.....	42
Figura 8 - Perfil cor/raça/etnia CBH do Rio Pará.....	43
Figura 9 - Perfil cor/raça/etnia CBH Rio das Velhas.....	43
Figura 10 - Perfil faixa etária CBH do Rio Pará .....	44
Figura 11 - Perfil faixa etária CBH Rio das Velhas.....	44
Figura 12 - Perfil escolaridade CBH do Rio Pará .....	45
Figura 13 - Perfil escolaridade CBH Rio das Velhas .....	45
Figura 14 - Perfil área de atuação profissional CBH do Rio Pará.....	46
Figura 15- Perfil área de atuação profissional CBH Rio das Velhas .....	47
Figura 16- Perfil renda familiar CBH do Rio Pará.....	47
Figura 17- Perfil renda familiar CBH Rio das Velhas.....	48
Figura 18 - Segmentos CBH do Rio Pará .....	48
Figura 19 - Segmentos CBH Rio das Velhas .....	49
Figura 20 - Tempo de participação no CBH do Rio Pará .....	50
Figura 21- Tempo de participação no CBH Rio das Velhas .....	50
Figura 22 - Quanto a composição do CBH na visão dos conselheiros do CBH do Rio Pará.....	51
Figura 23 - Quanto a composição do CBH na visão dos conselheiros do CBH Rio das Velhas.....	51
Figura 24 - Interesses prioritariamente defendidos CBH do Rio Pará.....	52
Figura 25 - Interesses prioritariamente defendidos CBH Rio das Velhas.....	52
Figura 26 - Articulação entre setores do CBH do Rio Pará .....	53
Figura 27 - Articulação entre setores do CBH Rio das Velhas .....	53
Figura 28 - Frequência de consulta a base de apoio CBH do Rio Pará .....	54
Figura 29 - Frequência de consulta a base de apoio CBH Rio das Velhas .....	54

Figura 30 - Representação dos conselheiros do CBH do Rio Pará em outros conselhos .....	55
Figura 31 - Representação dos conselheiros do CBH Rio das Velhas em outros conselhos .....	55
Figura 32 - Nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do CBH do Rio Pará. ....	56
Figura 33 - Nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do CBH do Rio das Velhas. ....	56
Figura 34 - Frequência da atuação do conselheiro correspondente aos interesses de seu respectivo setor do CBH do Rio Pará. ....	57
Figura 35 - Frequência da atuação do conselheiro correspondente aos interesses de seu respectivo setor do CBH Rio das Velhas.....	57
Figura 36 - Sobre a influência da atuação do CBH do Rio Pará na visão de seus conselheiros .....	59
Figura 37 - Sobre a influência da atuação do CBH Rio da Velhas na visão de seus conselheiros. ....	59
Figura 38 - Sobre a compreensão dos assuntos tratados no CBH do Rio Pará .....	60
Figura 39 - Sobre a compreensão dos assuntos tratados no CBH Rio das Velhas ..	60
Figura 40 - Sobre a linguagem utilizada nas reuniões do CBH do Rio Pará .....	61
Figura 41 - Sobre a linguagem utilizada nas reuniões do CBH Rio das Velhas .....	61
Figura 42 - Avaliação do papel dos setores na atuação do CBH do Rio Pará .....	62
Figura 43 - Avaliação do papel dos setores na atuação do CBH Rio das Velhas .....	62
Figura 44 - Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do CBH do Rio Pará .....	63
Figura 45 - Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do CBH Rio das Velhas.....	63
Figura 46 - Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo CBH do Rio Pará .....	64
Figura 47 - Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo CBH Rio das Velhas .....	65



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação aplicação questionários CBH do Rio Pará .....	36
Tabela 2 - Relação aplicação questionários CBH Rio das Velhas .....	40
Tabela 3- Resumo do perfil dos conselheiros .....	69

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CBHSF - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CBHVG - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CT - Câmara Técnica

CTECOM - Câmara Técnica de Educação, Mobilização e Comunicação

CTIL - Câmara Técnica Institucional e Legal

CTOC - Câmara Técnica DE Outorga e Cobrança

CTPC - Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle

CTPP - Câmara Técnica de Planos e Projetos

GACG - Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão

GT - Grupo de Trabalho

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MG - Minas Gerais

PPA - Plano Plurianual de Aplicação

SEMAD - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SNSH - secretaria Nacional de Segurança Hídrica

SNISN - Sistema Nacional sobre Segurança de Barragens

UTE - Unidade Territorial Estratégica

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Participação social e conselhos .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 O surgimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) ...</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....</b>	<b>20</b>
<b>2.5 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) .....</b>	<b>21</b>
<b>2.6 Agência de bacia .....</b>	<b>22</b>
<b>2.7 Comitês de bacia hidrográfica .....</b>	<b>22</b>
<b>2.8 Perfil dos conselhos .....</b>	<b>25</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Tipo de Pesquisa.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Instrumento de coleta de dados .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Procedimento de coleta de dados .....</b>	<b>29</b>
<b>3.4 Processamento de coleta de dados .....</b>	<b>30</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 As bacias do rio Pará e do rio das Velhas .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará .....</b>	<b>34</b>
<b>4.3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.....</b>	<b>37</b>
<b>4.4 Caracterização do perfil sócio econômico dos conselheiros do Comitê...41</b>	
4.4.1 Segundo gênero/sexo .....	41
4.4.2 Segundo cor/raça/etnia .....	42
4.4.3 Segundo faixa etária .....	43
4.4.4 Segundo escolaridade .....	44
4.4.5 Segundo área de atuação profissional .....	45
4.4.6 Segundo renda familiar .....	47
<b>4.5 Atuação no âmbito do Comitê e gestão das águas .....</b>	<b>48</b>

4.5.1 Quanto ao segmento .....	48
4.5.2 Quanto ao tempo de participação nos CBHs .....	49
4.5.3 Quanto a composição dos CBHs na visão dos conselheiros .....	50
4.5.4 Quanto aos interesses defendidos .....	52
4.5.5 Quanto ao grau de articulação entre os setores .....	53
4.5.6 Quanto a frequência da consulta à base de apoio .....	54
4.5.7 Quanto a representação em outros conselhos .....	55
4.5.8 Quanto ao nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre pautas dos Comitês .....	56
<b>4.6 Funcionamento do Comitê .....</b>	<b>57</b>
4.6.1 Sobre com qual frequência da atuação dos conselheiros corresponde aos interesses de seu respectivo setor .....	57
4.6.2 Sobre a influência da atuação dos Comitês .....	58
4.6.3 Sobre a compreensão dos conselheiros em relação aos assuntos tratados no âmbito dos Comitês .....	59
4.6.4 Sobre a linguagem utilizada nas reuniões .....	60
4.6.5 Avaliação do papel dos setores na atuação dos Comitês .....	61
4.6.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais dos Comitês .....	62
4.6.7 Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelos Comitês .....	63
4.6.8 Pontos Fortes de atuação dos Comitês .....	65
4.6.9 Pergunta aberta: "O que poderia ser feito para melhorar a atuação dos Comitês?" .....	66
4.6.10 Pergunta aberta: "Se tudo continuar como está, qual é o futuro do Comitê?" .....	67
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Constituição Cidadã. Este foi o nome dado à Constituição Federal de 1988, que institucionalizou os espaços de participação social no país. Ela coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbito federal e local. Alargou o exercício da democracia brasileira em participativa, além de representativa e estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública (ROCHA, 2008).

Em seu artigo 21, inciso XIX, a Constituição Cidadã estabeleceu que compete à União “instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso” (BRASIL, 2018). Sendo assim, em 1997, foi regulamentado este inciso com a promulgação da Lei Nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída no país nos anos 90, mostrou-se moderna para a época e na sequência de movimentos internacionais que vinham priorizando a sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos.

Essa legislação envolveu a implementação de normas de gestão considerando a água como bem ambiental limitado dotado de valor econômico, assegurando que sua gestão deva sempre proporcionar seu uso múltiplo e estabelecendo a bacia hidrográfica como unidade territorial e a descentralização como principal ação para a concretização de Políticas Nacionais de Recursos Hídricos. Tratou da gestão compartilhada, participativa, democrática ao dispor no art. 1º, inciso VI que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

A noção de gestão compartilhada traz em sua necessidade de participação dos atores envolvidos (usuários, poder público e sociedade civil). Quando se fala nesse tipo de gestão, essa, necessariamente, deve trazer pluralidade entre os envolvidos. No entanto, levanta-se às questões: essa representação está restrita a grupos específicos? Quem são os atores, como indivíduos, que participam dos processos de gestão das águas no âmbito do comitê de bacia, considerando que representatividade é essencial para uma boa governança das águas?

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, entes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, constituem o “Parlamento das Águas”, espaço em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos, compartilhando responsabilidades de gestão com o poder público. Possuem poder de decisão e cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das águas nas bacias, sobretudo em regiões sujeitas a eventos críticos de escassez hídrica, inundações ou na qualidade da água que possam colocar em risco os usos múltiplos da água, conforme assegurados em Lei (ANA, 2021).

Para promoção de uma participação efetiva de todos os atores envolvidos é necessário que todos tenham capacidade de argumentação, para até mesmo influenciar decisões, com base técnica. (ABERS et al., 2009).

Sua influência no poder de decisão deverá ser fortalecida, para tanto, inicialmente, deve-se falar em inclusão e capacitação para melhorar a capacidade propositiva de alternativas consistentes aos projetos e políticas do governo. Esse modelo é um avanço no que diz respeito à gestão das águas, no entanto há de evoluir, assim como a própria democracia, cujo conceito e prática mudam no decorrer do processo de transformação social.

Poucas pesquisas brasileiras abordam os comitês na ótica dos seus integrantes e na perspectiva de conhecer quem são os que analisam os projetos quanto aos aspectos sociais, econômicos, dentre outros, justificando assim essa abordagem neste trabalho.

Este levantamento poderá oferecer informações que possam apontar aspectos importantes da capacidade inclusiva na representação e como esta está envolvida no processo de decisão e funcionamento desses fóruns. Tais informações poderão ser utilizadas para construção de encaminhamentos no sentido de ampliação da capacidade inclusiva no âmbito dos comitês de bacia, tendo em vista o fortalecimento dessa instância e de todo o Sistema de Recursos Hídricos.

As bacias propostas, rio das Velhas e rio Pará, são afluentes mineiros da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, cuja cobrança pelo uso da água, importante instrumento de gestão, já está implementada. Neste sentido, envolve atores com o poder de decisão sobre a aplicação desses recursos em prol da melhoria da quantidade e qualidade de águas das suas respectivas áreas de atuação.

Diante do apresentado, o objetivo deste trabalho foi levantar informações relacionadas ao perfil dos conselheiros dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Pará e do Rio das Velhas, bacias afluentes do Rio São Francisco cuja cobrança pelo uso da água está implementada considerando aspectos sociais, econômicos, formação, gênero, dentre outros. Além de explorar informações sobre a percepção da atuação nos comitês e funcionamento dos mesmos.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Participação social e conselhos**

Para discorrer sobre a constituição dos comitês de bacias hidrográficas, é interessante abordar inicialmente o contexto histórico de participação popular no país. Segundo Rocha (2008), a história brasileira é repleta de ações dos movimentos sociais executadas de diferentes formas, como as lutas populares do início da década de 60, herança que exerce um papel fundamental na constituição de uma cultura participativa no país. Com o Golpe Militar em 1964, a conjuntura política e social foi transformada, resultando em um país cuja sociedade estava impedida de realizar mobilização política da sociedade, emergindo assim um novo padrão em que a União centralizava a execução dos programas sociais e controlava os recursos e serviços prestados, ampliando assim o alcance da gestão governamental, tendo o interesse empresarial e político acima aos processos decisórios das políticas sociais (ROCHA, 2008).

Mesmo com a Ditadura Militar instaurada, o marco mais importante da luta pela maior participação popular na esfera pública teve sua origem na resistência contra esse regime a partir dos anos 70 e ao longo dos anos 80, por interesses ligados a serviços urbanos e bens de consumo coletivo, religiosos e movimentos de defesa do meio ambiente. Reivindicava-se a criação de espaços de participação, em que a sociedade civil organizada pudesse demandar e influir nos processos decisórios de políticas públicas (ROCHA, 2008).

A Constituição brasileira, promulgada em 1988, chamada “Constituição Cidadã”, ampliou o exercício da democracia brasileira em participativa e representativa. Em relação à democracia participativa, estabeleceu-se Conselhos



Gestores de Políticas Públicas, em todos os níveis com representação do Estado e da sociedade civil.

No texto, “*Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa*” de Evalina Dagnino (2004), a autora apresenta exemplos de projetos que abrigam os princípios de participação da sociedade como criação de conselhos gestores, orçamentos participativos, dentre outros, sendo essa construção importante na transição democrática no país pós Ditadura Militar. A partir dos anos 90, aqueles setores da sociedade civil que se engajaram nessa proposta de projeto participativo passaram a atuar nas instâncias de participação junto ao Estado. Uma característica do modelo Neoliberal que no Brasil, seguiu uma tendência mundial considerada “adequada” ressaltando que o Neoliberalismo defende, principalmente, maior autonomia dos indivíduos na política e na economia e pouca intervenção estatal, inclusive do seu papel social (terceirizando esse fator para sociedade) com grande ênfase no mercado e no capitalismo financeiro.

Atualmente, diversas políticas sociais brasileiras contam com espaços institucionalizados de participação social, denominadas conselhos que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público, em que discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e a adequação de políticas públicas específicas (ROCHA, 2008), como é o caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

De acordo com Tatagiba e Teixeira (*apud* PONTUAL, 2008, p.164), os Conselhos podem ser entendidos como:

Instituições participativas permanentes, definidas legalmente como parte da estrutura do Estado, cuja função é incidir sobre as políticas públicas em áreas específicas, produzindo decisões (que algumas vezes podem assumir a forma de norma estatal), e que contam em sua composição com a participação de representantes do Estado e da sociedade na condição de membros com igual direito à voz e voto.

Estudos realizados pelas autoras Tatagiba e Teixeira (*apud* PONTUAL, 2008) mostram que alguns conselhos se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e consolidação, observando que diferentes gestões de um mesmo conselho podem conter variações no que se refere à capacidade de incidir sobre as políticas públicas, diálogo com o Estado, dinâmica participativa, relação com atores políticos, dentre outros, concluindo assim que os conselhos passam por diferentes momentos em suas trajetórias. Mostrou ainda que os conselhos devem possuir

condições necessárias para que o processo de decisão proporcione condições equitativas aos atores para as práticas de diálogo e resolução de conflitos envolvidos no processo.

Identificou que, dentre os diversos segmentos, existem diversas assimetrias em relação às informações e conhecimentos necessários a uma maior efetividade de sua participação nos processos de deliberação, sendo que o interesse de participação em um conselho possui fatores variados. Da mesma maneira, a própria compreensão do que seja participar na formulação das políticas, podendo o conselho assumir uma dinâmica diferente a depender de quem ou qual segmento que assume a hegemonia no conselho, trazendo uma maior ou menor acomodação em relação às pautas e intensidade dos conflitos.

Entendem que a paridade que orienta a composição da maioria dos conselhos é uma importante conquista, e sua tradução na prática dos conselhos vai depender em grande parte da correlação de forças que se estabeleça na disputa política.

A análise da paridade nos conselhos também deve levar em conta as assimetrias existentes entre a representação governamental e não governamental, dentre as quais se destaca a questão do acesso às informações sobre o poder público e as políticas públicas. Por isto, a transparência e a prática de formação sistemática dos conselheiros, especialmente da sociedade civil, é condição indispensável para possibilitar equidade nas condições de participação e tomada de decisão (Pontual, 2008).

De acordo com Celso Daniel (*apud*. PONTUAL, 2008), um dos desafios para o fortalecimento dos Conselhos é a criação de condições mais adequadas para que novos protagonistas ganhem a cena pública, para que se multipliquem as lideranças e as pessoas interessadas em participar da gestão pública.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013), o investimento nas instituições participativas será maior à medida em que os governos e participantes perceberem que estes espaços, de fato, melhoram a oferta de serviços públicos. Sendo assim, seria fundamental a percepção dos atores atuantes nesses espaços, pois, dessa maneira, entenderiam esse investimento como algo que traz benefícios para a sociedade. Logo, a percepção dos atores ajuda a compreender se as expectativas depositadas nestes espaços são vistas como realizadas ou não (IPEA, 2013).

É indiscutível os avanços relacionados à consolidação da participação social no Brasil, no entanto, o modelo ainda enfrenta diversas dificuldades e desafios, principalmente no tocante à melhoria da qualidade, representatividade e da efetividade dos espaços de participação social, sendo necessárias ações que garantam os princípios da participação da sociedade.

## **2.2 O surgimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica**

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que, em seu artigo 21, inciso XIX, estabeleceu que compete à União “instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso”. (BRASIL, 1988). Sendo assim, em 1997, foi regulamentado este inciso com a promulgação da Lei Nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A partir disso, a água se torna um bem público e sua gestão deve ser realizada de forma participativa.

Anterior à Lei 9.433/97, a gestão dos recursos hídricos no país era regida pelo Código das Águas de 1934, que estabeleceu os primeiros elementos técnicos para gestão das águas. No entanto, a gestão foi se tornando complexa e setorial, sendo que o setor elétrico tomou a frente dessa gestão, com ausência de participação de outros usuários e sociedade civil.

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída no país nos anos 90 e se mostrou moderna para época e veio na sequência de movimentos internacionais que vinham priorizando a sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos. Além disso, à época era instituído o projeto Neoliberal no Brasil. O Neoliberalismo, de forma geral, propôs uma nova leitura da parte econômica do liberalismo clássico, tendo como base uma visão que pretende diminuir ao máximo a participação do Estado na economia.

Esta legislação envolveu a implementação de normas de gestão considerando a água como bem ambiental limitado dotado de valor econômico, assegurando que sua gestão deva sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, e estabelecendo a bacia hidrográfica como unidade territorial e a descentralização como principal ação para a concretização de Políticas Nacionais de Recursos Hídricos. Tratou da gestão compartilhada, participativa, democrática ao dispor no art. 1º, inciso VI que “a gestão

dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (BRASIL, 1997).

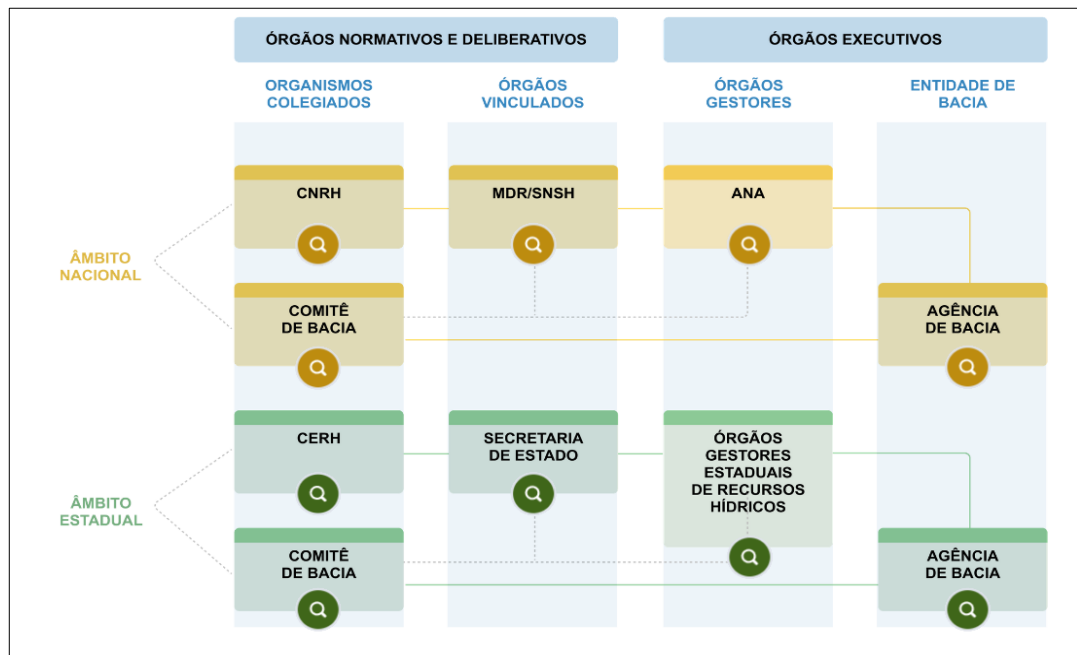
Nela constam conceitos, fundamentos, diretrizes, instrumentos de gestão e sua estrutura de governança. Os objetivos da política são:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; e
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. (BRASIL, 1997)

### **2.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

É a estrutura de governança instituída no Brasil para a gestão dos recursos hídricos. É constituído por organismos colegiados, que debatem e deliberam sobre a gestão dos recursos hídricos (são órgãos consultivos e deliberativos) e por órgãos administrativos, responsáveis por implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos. Estes entes atuam na esfera federal ou estadual, conforme o domínio dos corpos hídricos. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs), pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, pelos comitês de bacia hidrográfica (interestaduais e estaduais) e pelas agências de água (vinculadas aos comitês), conforme pode ser observado na Figura 1, abaixo (ANA, 2021).

Figura 1- Organograma do SINGREH



Fonte: Conjuntura Recursos Hídricos Brasil (ANA, 2021)

## 2.4 Conselho Nacional de Recursos Hídricos

É um colegiado consultivo, normativo e deliberativo (instância superior) quanto à gestão dos recursos hídricos a nível nacional e última instância recursal na mediação de conflitos pelo uso da água em rios de domínio da União. Sua composição e estrutura foram reestruturadas com o Decreto nº 10.000/2019 e Portaria nº 2.765/2019, em função da estrutura administrativa atual do governo federal e até 2020, aprovou 224 resoluções e 73 moções (ANA, 2021).

Ao Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Segurança Hídrica cabe a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 13.844, de 18 de junho de 2019). Possui a presidência do CNRH e o SNSH atua como sua secretaria executiva (ANA, 2021).

No âmbito do estado de Minas Gerais, existe o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH MG com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização, avaliação e controle dos Recursos Hídricos do Estado, tendo em vista os requisitos de volume e qualidade necessários aos seus múltiplos usos.

## 2.5 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Criada pela Lei nº 9.984/2000, e tem a competência para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos em bacias hidrográficas interestaduais, além de coordenar as ações do SINGREH. Ao longo dos anos, novas atribuições foram incluídas nas responsabilidades legais da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de irrigação em regime de concessão e de adução de água bruta em rios de domínio da União; organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e elaborar o Relatório de Segurança de Barragens e editar normas de referência para o setor de saneamento básico (ANA, 2021).

O IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas exerce o papel de órgão gestor no Estado de Minas Gerais. Ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD MG, foi criado em 17 de julho de 1997, e tem como competência, desenvolver e implementar a política estadual de recursos hídricos, de acordo com o Decreto Nº 47866 de 2020 (MINAS GERAIS, 2020) tem atribuições de:

- I – disciplinar, em caráter complementar, coordenar e implementar o controle e a avaliação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos;
- II – controlar e monitorar os recursos hídricos e regular seu uso;
- III – promover e prestar apoio técnico à criação, à implantação e ao funcionamento de comitês de bacias hidrográficas, de agências de bacias hidrográficas e de entidades a elas equiparadas;
- IV – outorgar o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, bem como dos de domínio da União, quando houver delegação, ressalvadas as competências dos comitês de bacias hidrográficas e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG;
- V – gerir e aplicar as receitas auferidas com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado;
- VI – implantar e operar as redes hidrometeorológica, hidrogeológica, sedimentométrica e de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, próprias ou de outras instituições, em articulação com órgãos e entidades públicos ou privados integrantes ou usuários das referidas redes;
- VII – promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com os órgãos e entidades responsáveis pela proteção e defesa civil;
- VIII – fiscalizar as barragens de acumulação destinadas à reservação de água, bem como definir as condições de operação dos reservatórios;
- IX – atuar de forma articulada com os órgãos e entidades outorgantes da União e dos estados limítrofes a Minas Gerais para a gestão de bacias hidrográficas compartilhadas;
- X – elaborar e manter atualizados os cadastros de usuários de recursos hídricos e o de infraestrutura hídrica;
- XI – realizar previsão de tempo e clima.

## **2.6 Agência de bacia**

Presta apoio técnico e administrativo aos comitês de bacia hidrográfica e sua viabilidade deve ser assegurada pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação. Em 2020, havia 08 bacias interestaduais com apoio técnico e administrativo de entidades delegatárias (ANA, 2021).

## **2.7 Comitês de bacia hidrográfica**

Constituem fórum de debates para a tomada de decisões sobre questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos. São colegiados consultivos, normativos e deliberativos com atuação em bacias de rios de domínio da União e dos Estados. A implementação dos instrumentos de gestão, a mediação de conflitos pelo uso da água como primeira instância recursal, e a aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia, são exemplos de assuntos tratados nos comitês. Seus representantes são escolhidos por meio de um processo eletivo para serem porta-vozes dos interesses e anseios das categorias que representam. Sua composição deve incluir representantes governamentais das três esferas de poder, usuários de recursos hídricos e entidades civis de recursos hídricos, todos com atuação comprovada na bacia (ANA, 2021).

De forma mais simples, o Comitê de Bacia pode ser entendido como um parlamento/ fórum em que um grupo de pessoas, com diferentes visões e atuações, se reúne para discutir sobre um interesse comum, que é o uso da água da bacia hidrográfica. Suas estruturas organizacionais costumam ser parecidas com a formação de um plenário, diretoria e Câmaras Técnicas (CTs), podendo também ser constituídos grupos de trabalho (GTs) para análise de temas específicos. A realização das reuniões ordinárias do colegiado cria condições para que se desenvolva o debate e decorrentes deliberações acerca das questões relativas à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. As discussões podem ocorrer no âmbito do plenário do comitê, o qual, por sua vez, pode recorrer às Câmaras Técnicas ou aos Grupos de Trabalho, em que as matérias são analisadas e discutidas mais detalhadamente, sendo em seguida encaminhadas para as deliberações do plenário. O processo de funcionamento do comitê requer diversos níveis de discussão, até que uma decisão

se materialize em forma de deliberação ou moção. A diretoria constitui-se em instância de encaminhamento das questões, agendas e pautas, além da organização dos aspectos administrativos. Não constitui uma instância deliberativa, mas analisa os pronunciamentos das Câmara Técnica, organiza temas e prioridades das pautas das reuniões, sempre levando em conta o planejamento e as prioridades do comitê (ANA, 2021).

Como dito anteriormente, a composição de um comitê de bacia deve refletir os múltiplos segmentos e interesses com relação às águas da bacia, nesse sentido os Comitês de Bacia Hidrográfica devem ser compostos por representantes do poder público, usuários e sociedade civil com atuação comprovada na bacia.

A representatividade de cada segmento deve atender a Resolução nº 05 de 2000 do CNRH, respeitando os valores mínimos de participação da sociedade civil e máximo de membros do poder público. Além disso, essa distribuição da composição dos CBHs depende das especificidades de cada comitê, sendo instituída pelo Regimento Interno de cada um, conforme estabelecido na Lei nº 9.433/97 e Leis específicas dos Estados.

De forma geral, usuários são aqueles que detêm direitos para usufruir de recursos hídricos, podendo ser sujeitos ou não a uma outorga ou concessão formal de direito de uso; representantes do poder público devem ser entidades integrantes dos governos municipais, estaduais, e, quando se tratar de uma bacia interestadual, também por representantes da União; por fim, os representantes da sociedade civil devem provir de organizações ou entidades que representam os interesses gerais e difusos da comunidade local, e devem ser atuantes na defesa dos interesses coletivos. Essa diversidade aglutina múltiplos interesses e integra visões de diversos setores, tais como: saneamento, turismo, agricultura, energia, mineração, comunidades tradicionais, dentre outros (ANA, 2021).

Dentre as competências que estão previstas na Política Nacional de Recursos Hídricos, a mais relevante do comitê é a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, instrumento que orienta os usos da água da bacia. Além de aprovar, é dever do comitê acompanhar a sua implementação para buscar assegurar a efetiva implementação das propostas nele estabelecidas, bem como a realização dos programas nele priorizados. A definição de critérios e valores de arrecadação sobre o uso da água, bem como da destinação dos recursos arrecadados por meio de



cobrança e outras receitas é também definida pelo comitê, com base nas orientações contidas no Plano (ANA, 2021).

Abaixo as competências estabelecidas na Lei Federal Nº 9.9433 (BRASIL, 1997):

- I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- VII - (VETADO)
- VIII - (VETADO)
- IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

De acordo com a Conjuntura de Recursos Hídricos Brasil, produzida pela ANA em 2021, existem dez comitês interestaduais e duzentos e vinte e oito estaduais, reforçando a importância desse ente na execução da Política Nacional, reiterando assim a necessidade de garantia da representatividade neste parlamento. A instituição de Comitês interestaduais deve ser efetivada por ato do Presidente da República

O Estado de São Paulo foi pioneiro na instituição do comitê de bacia, em 1991, seguido pelo Ceará em 1992, antes mesmo da instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, por motivações diversas. Em Minas Gerais, no ano de 1999 foi aprovada a Política Estadual de Recursos Hídricos, em moldes semelhantes à Política Nacional, cujas competências dos comitês de bacia estaduais, - na qual o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Pará está inserido - são:

- I - promover o debate das questões relacionadas com os recursos hídricos e articular a atuação de órgãos e entidades intervenientes;
- II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III - aprovar os Planos Diretores de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas e seus respectivos orçamentos, para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- IV - aprovar planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido;
- V - aprovar a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor;

- VI - estabelecer critérios e normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- VII - definir, de acordo com critérios e normas estabelecidos, o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, relacionados com recursos hídricos;
- VIII - aprovar o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos proposto por agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada, na sua área de atuação;
- IX - deliberar sobre proposta para o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento público;
- X - deliberar sobre contratação de obra e serviço em prol da bacia hidrográfica, a ser celebrada diretamente pela respectiva agência ou por entidade a ela equiparada nos termos desta Lei, observada a legislação licitatória aplicável;
- XI - acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na sua área de atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos e às entidades participantes do SEGRH-MG;
- XII - aprovar o orçamento anual de agência de bacia hidrográfica na sua área de atuação, com observância da legislação e das normas aplicáveis e em vigor;
- XIII - aprovar o regime contábil da agência de bacia hidrográfica e seu respectivo plano de contas, observando a legislação e as normas aplicáveis;
- XIV - aprovar o seu regimento interno e modificações;
- XV - aprovar a formação de consórcios intermunicipais e de associações regionais, locais e multissetoriais de usuários na área de atuação da bacia, bem como estimular ações e atividades de instituições de ensino e pesquisa e de organizações não governamentais, que atuem em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;
- XVI - aprovar a celebração de convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, de interesse da bacia hidrográfica;
- XVII - aprovar programas de capacitação de recursos humanos, de interesse da bacia hidrográfica, na sua área de atuação;
- XVIII - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compatíveis com a gestão integrada de recursos hídricos (MINAS GERAIS, 1999).

Diante do exposto e inegável importância desse ente do SINGREH, fica claro que a participação é uma ferramenta, um instrumento que tem significado que deve trazer a participação dos envolvidos de forma representativa e igualitária para o efetivo atingimento dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

## **2.8 Perfil dos conselhos**

Em 2013, o IPEA, em parceria com a Secretaria Geral da presidência da República, conduziu estudo sobre os conselhos de âmbito nacional com objetivo de conhecê-los como espaços democráticos de participação da sociedade civil e Estado, para contribuir com a criação de condições para seu aperfeiçoamento.

Para tanto, foi aplicado questionário, além de entrevistas com conselheiros de 21 conselhos, entre eles o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e

Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e três comissões nacionais ligadas a diversos ministérios e secretarias do governo federal. Para entender esses colegiados a pesquisa foi orientada por três questões chaves: i) quem participa dos conselhos nacionais? ii) quem estes participantes dizem representar e como são estabelecidas as relações de representação? iii) qual a percepção dos participantes quanto à efetividade destes espaços no que concerne a sua capacidade de se organizar e influenciar diferentes esferas?

A metodologia utilizada pelo IPEA serviu de modelo, com pequenas adaptações, para execução deste trabalho.

Em resumo, o resultado da pesquisa concluiu que o perfil dos conselheiros, em especial relacionados à infraestrutura e recursos ambientais, é composto em grande maioria por homens brancos com elevada formação escolar, acima dos 41 anos e renda acima da média brasileira.

Vale ressaltar que em relação ao sexo, o padrão difere de conselhos a nível municipal, o que sugere que quanto mais distante do nível municipal, mais se reduzem as chances de participação das mulheres. Diferente também de conselhos voltados para políticas sociais e garantia de direitos que parecem oferecer mais oportunidades para a participação feminina, além de diversidade em termos de raça/cor.

O estudo mostrou que os conselhos que incluem mais mulheres são aqueles ligados às políticas sociais e aos direitos das mulheres. Da mesma forma, os que possuem maior diversidade étnico-racial são justamente os que debatem esta temática. Também foi possível perceber que os conselheiros nacionais, em geral, possuem um perfil pouco diverso.

Os desafios mais citados foram a necessidade de envolvimento do poder público nas reuniões do conselho, e o aumento da visibilidade das atividades do conselho de forma a tornar possível que outros cidadãos e organizações que não estão presentes no conselho possam acompanhar o trabalho dos espaços.

A pesquisa aplicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi realizada de forma híbrida, ou seja, presencialmente em reunião plenária e via *e-mail*, garantindo a boa taxa de retorno das respostas. De 57 questionários aplicados (número de conselheiros titulares) obtiveram retorno de resposta de 47 questionários.

Sobre o resultado específico da pesquisa junto ao CNRH, foi possível observar que a maioria revela que a maior parte dos conselheiros (74%) atua em áreas de viés técnico e de ciências exatas, biológicas e agrárias.

Os estudos sobre governança das águas têm revelado, conforme Jacobi (*apud* IPEA, 2012), que há certa ambiguidade na legislação que abre os espaços para participação da sociedade, mas supõe certo acesso a informações técnicas, isto é, o envolvimento da comunidade nas atividades de gestão de recursos hídricos é limitado pela importância dada ao corpo técnico-científico e ao conhecimento produzido por este nas relações de força no interior dos espaços decisórios.

Por sua vez, é importante ressaltar que a gestão de recursos hídricos é tema com nível de complexidade bastante alto, que exige qualificação técnica elevada para que se obtenha qualidade nas discussões. Além disso, indica que o tempo de experiência é valorizado e pode ser elemento significativo na definição dos conselheiros do CNRH, o que pode caracterizar certo “conservadorismo” nesta instância de participação (IPEA, 2012).

A diversidade de perfil de conselhos tem sido objeto de estudo inclusive no âmbito corporativo, em que destacam que a pluralidade é importante para multiplicidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança (Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 2015).

Em 2022, Matos et al (2022) publicou estudo similar, “Perfil dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos” com foco na participação feminina nesses colegiados. A publicação faz parte da série “Retratos de Governança das Águas” que integra o projeto Governança dos Recursos Hídricos. Esta série, tem como objetivo analisar o perfil de representantes de comitês de bacias hidrográficas no Brasil e oferecer informações que possam apontar aspectos importantes da capacidade inclusiva na representação, identificando também como são percebidos o seu envolvimento no processo decisório e o funcionamento dos organismos colegiados (Matos et al, 2022).

O estudo, assim como o do IPEA, demonstrou predominância masculina, sendo no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, 73,7% de cadeiras ocupadas por homens, idade acima dos 51 anos, altamente escolarizada, com renda acima da média brasileira.

Na mesma linha de pesquisa, os mesmos autores, em 2021, publicaram, pela mesma série, estudos de perfil dos representantes de membros dos Comitês de Bacia Interestaduais, sendo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande - CBHVG, objetivo de estudo, que ratifica o perfil masculino. No caso do CBHSF, a faixa etária correspondeu na sua maior proporção por pessoas entre 61 a 70 anos, seguido de 51 a 60 anos, com baixa representatividade de jovens, demonstrando necessidade de ações de inserção desse público na gestão das águas dessa bacia. Além disso, na mesma linha que os demais, demonstrou alta taxa de escolaridade, com predomínio da área dos cursos de engenharia e ciências agrárias e renda correspondente à classe média e alta.

Em termos de representação, o estudo demonstrou que os membros do segmento sociedade civil participavam há mais de 6 anos no conselho, sendo os outros segmentos por período inferior, demonstrando menor oxigenação nesse segmento. Percebeu-se assim a necessidade de uma participação mais equilibrada, em termos quantitativos, de mulheres e jovens no CBH e na gestão de Recursos Hídricos (MATOS e CARRIERI, 2021).

Em relação ao estudo realizado com o CBH Verde Grande, o perfil segue o padrão observado, sendo a maioria do sexo masculino e pertence às classes média e alta com alta escolaridade e com metade dos respondentes com idade superior a 51 anos de idade. No que tange à participação das mulheres, neste comitê também se observou disparidade entre a participação entre homens 55,8% e mulheres 44,12%, porém, em menores percentuais em relação aos demais (MATOS e CARRIERI, 2021).

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em seu relatório “Conjuntura de Recursos Hídricos Brasil de 2021” expôs o perfil dos membros colegiados, citando também a série Retratos de Governança das águas no Brasil, salientando que quanto ao gênero e idade, percebe-se que a gestão ainda é predominantemente masculina e há pouca participação de representantes mais jovens nos colegiados. Sendo que o tempo de participação dos representantes indica que há pouca alternância na representação dos diferentes setores (ANA, 2021).

Diferença de dez anos do estudo do IPEA e pesquisas desenvolvidas por Matos et al (2022), pode-se observar a manutenção do perfil de membros de conselhos relacionados à gestão das águas brasileiras. Esse fator indica desigualdade entre os membros que afetam o processo decisório, sendo necessária promoção de

ações para maior representatividade, além de necessidade de que todos tenham capacidade de argumentação, para até mesmo influenciar decisões, com base técnica tornando assim mais efetiva a participação de todos os atores envolvidos.

## **2. METODOLOGIA**

### **3.1 Tipo de Pesquisa**

De acordo com o objetivo definido neste estudo, este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, na qual trouxe informação acerca das características dos atores que atuam na gestão de recursos hídricos na bacia do Rio Pará e na bacia do Rio das Velhas.

### **3.2 Instrumento de coleta de dados**

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário cuja inspiração foi o formulário aplicado em estudos desenvolvidos pelo IPEA, sendo o mesmo previamente ajustado no qual foi constituído das seguintes partes:

Parte I - Caracterização do perfil sócio econômico dos conselheiros do Comitê

Parte II – Atuação no âmbito do Comitê e gestão das águas

Parte III – Funcionamento do Comitê

### **3.3 Procedimento de coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada com a utilização dos questionários *on-line* por meio da plataforma *Google Forms*, objetivando facilitar o processo da coleta de dados e análise dos resultados. Os mesmos foram enviados para os *e-mails* dos membros dos plenários dos comitês cadastrados junto à secretaria executiva e para o grupo de *Whatsapp* que o CBH do rio Pará e CBH Rio das Velhas mantém com os membros do plenário.

Para se ter uma maior taxa de resposta o ideal era o formato híbrido com, além do formato digital, aplicação do formulário pessoalmente, no entanto, devido a pandemia do novo coronavírus as plenárias desses Comitês permaneceram online de 2020 a 2022.

Foram realizados reiterados lembretes junto aos membros sobre a importância de se responder a pesquisa com prazo de resposta de 15 dias corridos.

### **3.4 Processamento de coleta de dados**

O *Google Forms* é uma ferramenta gratuita de criação de formulários *on-line* disponível para qualquer usuário que possui uma conta *Google* e ainda pode ser acessado em diversas plataformas, inclusive, por meio do celular, o que corrobora com a afirmativa de que tecnologias digitais também favorecem a pesquisa acadêmica.

A possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso entre outros benefícios facilitam o processo de pesquisa.

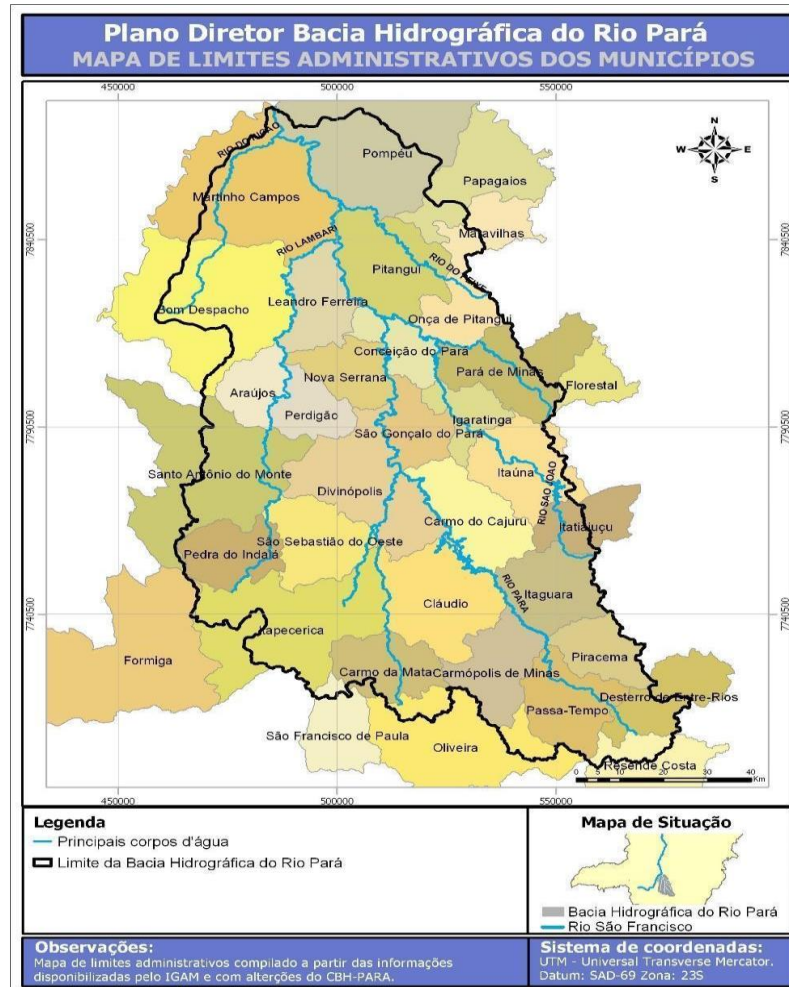
A grande vantagem da utilização do *Google Forms* para a pesquisa, é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via *e-mail*, ou através de um *link*, trazendo mais possibilidades de acesso dos respondentes. Além disso, ainda como vantagem os resultados da pesquisa pelo *Google Forms*, em que se organizam em forma de figuras de gráficos e planilhas, proporcionando um resultado quantitativo de forma mais prática e organizada, facilitando a análise dos dados.

Para análise dos dados, obtidos através da técnica de análise de documentações do Comitê foi utilizado o *Microsoft Office Excel 2013*, a fim de apresentar os resultados em tabelas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 4.1 As bacias do rio Pará e do rio das Velhas

Figura 2 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Pará



Fonte: Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, 2008

O rio Pará nasce na serra das Vertentes, no município de Resende Costa, em Minas Gerais. Com uma extensão de aproximadamente 365 km, cortando 35 municípios até desaguar no rio São Francisco na região de Pompéu, conforme mapa apresentado na Figura 2. Sua área compreende aproximadamente 12.300 km<sup>2</sup> e possui aproximadamente 900 mil habitantes, dos quais cerca de 12% estão nas áreas rurais. A principal cidade da Região é Divinópolis, com aproximadamente 213 mil habitantes, seguida por Pará de Minas e Itaúna (*Site CBH Rio Pará, 2022*).



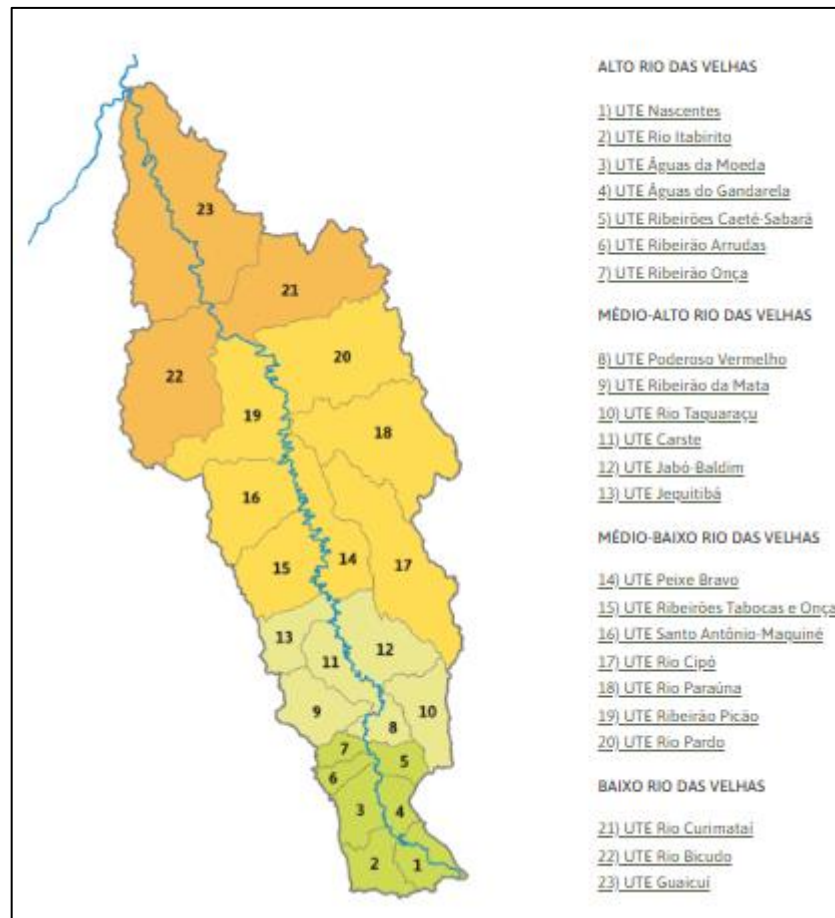
A potencialidade para desenvolvimento das atividades na Bacia Hidrográfica do Rio Pará é grande, por ser bem servida de infraestrutura de transporte, energia e serviços devido a sua localização geográfica privilegiada em relação aos grandes centros consumidores do país. A bacia possui 68% da área total com grande potencialidade para agricultura, 12% para pecuária e 19% silvicultura. A partir da análise dos impactos na Bacia Hidrográfica do Rio Pará, chega-se à conclusão de que os efluentes advindos da ocupação humana são os mais impactantes, seguidos pela suinocultura, avicultura e bovinocultura.

Nome de origem indígena (tupi-guarani), antes conhecido como rio Uaimií pelos indígenas, o rio Velhas, cujas nascentes se encontram no Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas em Ouro Preto/Minas Gerais, é o maior afluente em extensão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Cortando a região metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte, sua foz encontra-se localizada na Barra do Guaicuí, município de Várzea da Palma, onde deságua no Rio São Francisco.

Subdividida em quatro regiões fisiográficas: Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo, o rio das Velhas percorre 806,84 km com uma área de 27.850 Km<sup>2</sup>. Sua população está estimada em 4.406.190 milhões de habitantes, distribuída nos 51 municípios que a compõem e destaca-se como atividade econômica as atividades minerárias, industriais, agrícolas e pecuárias.

Seu território se subdivide em 23 regiões de planejamento e gestão de recursos hídricos, denominadas de Unidades Territoriais Estratégicas (UTE), que são grupos de bacias ou sub bacias hidrográficas contíguas. A definição das UTEs levou em conta prerrogativas geográficas da Lei das Águas, as características de cada área, bem como sua extensão, o número de afluentes diretos, a quantidade de municípios, a distribuição da população e a existência de mais de uma prefeitura em sua composição, conforme se pode observar na Figura 3 (PDRH Velhas, 2015).

Figura 3 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas



Fonte: CBH Rio das Velhas, 2022

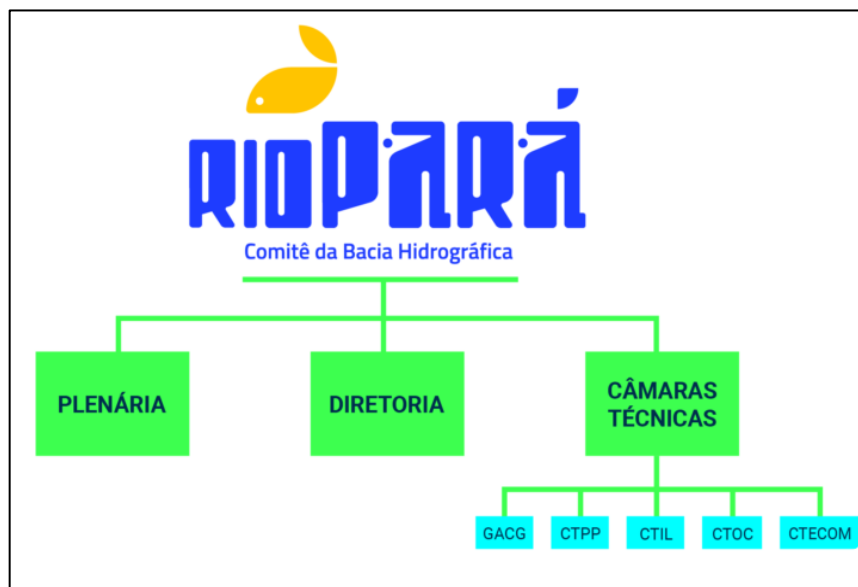
Foram selecionados os Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Pará e da Bacia do Rio das Velhas, ambas de domínio estadual, afluentes da bacia do rio São Francisco com a cobrança pelo uso de recursos hídricos instituída. Poucas pesquisas abordam essas bacias, tanto em termos técnicos quanto relacionadas à gestão, nesse sentido este trabalho poderá contribuir para maior abordagem em relação à gestão das águas dessas bacias.

A pesquisa foi realizada entre os membros da Gestão 2017/2021 (4 anos de mandato). Essa gestão, excepcionalmente, foi prorrogada até junho de 2023 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, por meio da Deliberação Normativa CERH-MG, nº 75 de 06 de abril de 2022, a pedido do IGAM devido aos atrasos relacionados aos Processos eleitorais dos comitês mineiros, conduzido pelo próprio IGAM, a fim de não paralisar os trabalhos desses comitês de bacia.

## 4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará foi criado pelo Decreto nº 39.913 de 22 de setembro de 1998 e sua estrutura é composta por Plenário, Diretoria, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, conforme a Figura 4, apresentada abaixo.

Figura 4 - Estrutura Organizacional Básica do CBH do Rio Pará



Fonte: Site CBH do Rio Pará, 2022.

O Plenário é constituído por 80 conselheiros sendo 40 titulares e 40 suplentes e é o órgão máximo de discussão e de deliberação do CBH. As cadeiras são divididas de forma paritária entre os segmentos: usuários, sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual.

A plenária é soberana e suas decisões são tomadas a partir da construção do consenso entre todos aqueles que compõem a estrutura do Comitê. Em situação de votação, participam os membros titulares ou os suplentes no exercício da titularidade (quando o representante titular está ausente). De acordo com o Regimento Interno do Comitê, a plenária reúne-se ordinariamente, com calendário preestabelecido e disponibilizado no portal eletrônico do Comitê. A plenária pode se reunir extraordinariamente, sempre que necessário. As convocações das reuniões devem ser encaminhadas aos membros, contendo toda a documentação referente às matérias que serão objeto de decisão.

A Diretoria do CBH Rio Pará é formada pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário e Secretário Adjunto. Esses cargos são preenchidos por meio de processo eleitoral. Atualmente a presidência é exercida pelo segmento da sociedade civil, a vice-presidência pelo segmento poder público municipal, a secretaria por representante do segmento usuário e a secretária adjunta pelo poder público estadual.

As Câmaras Técnicas são formadas a partir das instituições que compõem a plenária do comitê. Exercem a função de assessoramento técnico contando também com o apoio do órgão gestor e da entidade delegatária que exerce funções de agência de bacia ao CBH, ou seja, tem como finalidade desenvolver e aprofundar as discussões sobre temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. Devem ser constituídas com paridade de segmentos e seu mandato deve coincidir com o do Plenário.

No âmbito do CBH do Rio Pará, existem quatro Câmaras Técnicas que debatem sobre assuntos específicos, são elas: Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC); Câmara Técnica de Educação, Mobilização e Comunicação (CTECOM), Câmara Técnica de Planejamento e Projetos (CTPP) e Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), cujas funções estão descritas em Deliberações específicas do CBH.

Há também, atualmente, no âmbito deste comitê um grupo de trabalho: GACG – Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, responsável por acompanhar física e financeiramente a execução do Contrato de Gestão e avaliar a performance da Agência Peixe Vivo (entidade que é delegada pelo órgão gestor a atuar como agência de bacia do CBH do Pará), tendo como referência o atendimento das ações priorizadas no Plano Plurianual de Aplicação (PPA), que é um instrumento de planejamento do orçamento para ações e projetos priorizados no Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, recurso este arrecado pela cobrança pelo uso das águas da bacia do rio da Pará.

A arrecadação anual aproximada da cobrança na bacia do Rio Pará é de três milhões de reais.

Para viabilizar a gestão e o bom gerenciamento da água, as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (MG) indicaram instrumentos de gestão a serem implementados na bacia hidrográfica, são eles: **Plano Diretor de Recursos Hídricos**, principal instrumento para a consolidação da política territorial para a bacia; **Outorga**

**e direito de uso de recursos hídricos**, autorização dada ao particular ou à empresa pública ou privada para a utilização da água; **Enquadramento dos corpos de água** que visa assegurar às águas, superficiais e subterrâneas, qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas bem como diminuir os custos de combate à poluição, mediante ações preventivas permanentes; **Cobrança pelo uso da água** cujos principais objetivos são obter recursos financeiros para a recuperação das bacias hidrográficas brasileiras, estimular o investimento em despoluição, dar ao usuário uma sugestão do real valor da água e incentivar a utilização de tecnologias limpas e poupadoras de recursos hídricos e **Sistema de Informações**.

Em relação à implementação dos instrumentos de gestão citados, a bacia hidrográfica do Rio Pará já conta com seu Plano Diretor, que carece de atualização, Enquadramento, que está em processo de atualização, Cobrança pelo uso da água da bacia e outorga, faltando ainda a implementação do Sistema de Informações.

O Comitê do Rio Pará, regimentalmente, é composto por 40 membros titulares e 40 membros suplentes conforme citado anteriormente. No entanto, foram identificadas algumas cadeiras cuja representação se encontravam “vagas”, ou seja, dependendo ainda de indicação de membro por parte das instituições vinculadas (instituição membro não indicou seu representante). Neste sentido, foi encaminhado o questionário para 38 membros titulares e 34 membros suplentes, conforme o Quadro 1, a seguir.

Tabela 1 - Relação aplicação questionários CBH do Rio Pará

<b>Segmento</b>	<b>Nº Cadeiras</b>	<b>Nº cadeiras com representações indicadas</b>	<b>Nº de questionários enviados</b>
Poder Público Estadual	Titulares – 10	Titulares – 9	Titulares – 9
	Suplentes – 10	Suplentes - 8	Suplentes - 8
Poder Público Municipal	Titulares – 10	Titulares – 9	Titulares – 9
	Suplentes – 10	Suplentes - 9	Suplentes - 9

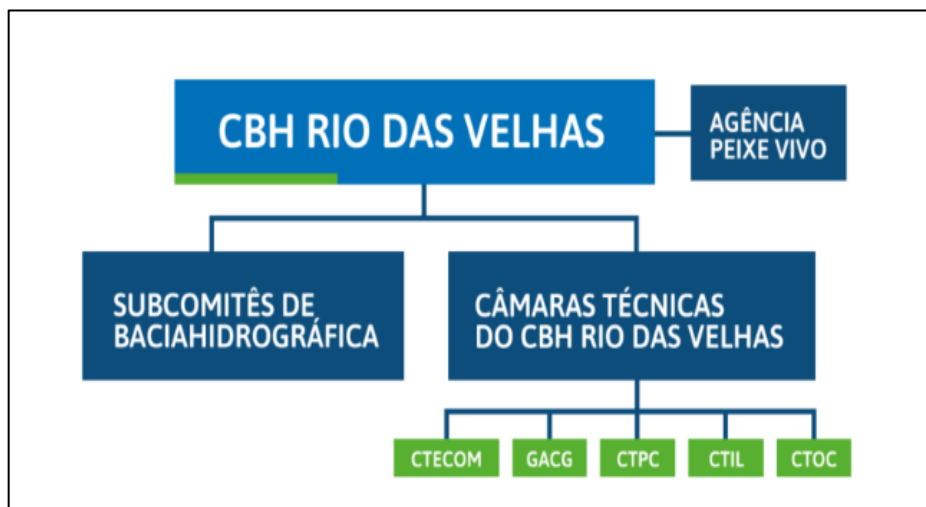
Usuários	Titulares – 10 Suplentes – 10	Titulares – 10 Suplentes - 9	Titulares – 10 Suplentes - 9
Sociedade Civil	Titulares – 10 Suplentes - 10	Titulares – 10 Suplentes - 8	Titulares – 10 Suplentes - 8
<b>Total de questionários encaminhados</b>			Titulares – 38 Suplentes - 34

Fonte: Elaborado pela autora.

### 4.3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998 e é considerado um dos Comitês mineiros pioneiros na implementação dos instrumentos de gestão e, conseqüentemente, da gestão descentralizada e participativa em seu território.

Figura 5 - Estrutura Organizacional Básica do CBH Rio das Velhas



Fonte: Site CBH Rio das Velhas, 2022.

Sua estrutura é composta por Plenário, Diretoria e Diretoria Ampliada, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e Subcomitês, conforme Figura 5. Estes foram criados considerando a necessidade de promover o fortalecimento da gestão participativa e descentralizada. São grupos consultivos e propositivos, com atuação nas Unidades Territoriais Estratégicas (UTE) da bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Possuem um importante papel de articuladores locais.

O Plenário é constituído por 56 conselheiros sendo 28 titulares e 28 suplentes e é o órgão máximo de discussão e de deliberação do CBH. As cadeiras são divididas de forma paritária entre os segmentos: usuários, sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual.

A plenária é soberana e suas decisões são tomadas a partir da construção do consenso entre todos aqueles que compõem a estrutura do Comitê. Em situação de votação, participam os membros titulares ou os suplentes no exercício da titularidade (quando o representante titular está ausente). Todos têm direito à voz, inclusive aqueles que não são conselheiros. De acordo com o Regimento Interno do Comitê, a plenária reúne-se ordinariamente seis vezes ao ano, com calendário preestabelecido e disponibilizado no portal eletrônico do Comitê. A plenária pode se reunir extraordinariamente, sempre que necessário. As convocações das reuniões devem ser encaminhadas aos membros, contendo toda a documentação referente às matérias que serão objeto de decisão.

Na gestão atual (2017-2022), pode-se observar que no Plenário o segmento usuários compõem-se de representantes da indústria, mineração, energia, saneamento e agropecuário. De acordo com o Regimento Interno ainda podem participar usuários do subsegmento hidroviário e pesca, turismo e lazer e outros usos não consultivos. No segmento Sociedade civil de associações, institutos ambientais, fóruns, organizações não governamentais e Conselhos Regionais. No Poder Público Municipal de representantes de prefeituras da bacia e segmento Poder Público Estadual de agências estaduais, secretarias de Estado, empresa de assistência técnica, institutos estaduais e política militar.

A Diretoria do CBH Rio das Velhas é formada pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário e Secretário Adjunto. Esses cargos são preenchidos por meio de processo eleitoral. Atualmente a presidência é exercida pelo segmento poder público municipal, a vice-presidência pelo segmento usuários, a secretaria por

representante do segmento sociedade civil e a secretaria adjunta pelo poder público estadual.

A Diretoria Ampliada é composta por oito membros, sendo os membros eleitos para a diretoria mais quatro representantes de maneira que tenham em sua composição final dois membros de cada um dos segmentos. Compete à Diretoria Ampliada, como instância consultiva do CBH, participar e contribuir para as decisões da Diretoria do CBH Rio das Velhas e articular a política do comitê com diversos órgãos e instituições integrando juntamente as políticas municipais e iniciativas regionais para melhoria da qualidade e quantidade das águas da bacia.

As Câmaras Técnicas são formadas a partir das instituições que compõem a plenária do CBH Rio das Velhas. Exercem a função de assessoramento técnico ao CBH contando também com o apoio do órgão gestor e da entidade delegatária que exerce funções de agência de bacia ao CBH, ou seja, tem como finalidade desenvolver e aprofundar as discussões sobre temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. Devem ser constituídas por dois representantes de cada segmento e seu mandato deve coincidir com o do Plenário.

No âmbito do CBH Rio das Velhas, existem quatro Câmaras Técnicas que debatem sobre assuntos específicos, são elas: Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC); Câmara Técnica de Educação, Mobilização e Comunicação (CTECOM), Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC) e Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL).

Há também, atualmente, no âmbito deste comitê três grupos de trabalho. O GACG – Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, responsável por acompanhar física e financeiramente a execução do Contrato de Gestão e avaliar a performance da Agência Peixe Vivo (entidade que é delegada pelo órgão gestor a atuar como agência de bacia do CBH Rio das Velhas). O GACG tem como referência o atendimento das ações prioritizadas no Plano Plurianual de Aplicação (PPA), que é um instrumento de planejamento do orçamento para ações e projetos prioritizados no Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, recursos este arrecadado pela cobrança pelo uso das águas da bacia do rio das Velhas.

O Grupo CONVAZÃO, Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas, é liderado pelo Comitê, e reúne usuários da bacia que possuem barramentos de água na região do Alto Velhas, com o intuito de pensar soluções para a segurança hídrica



da Região Metropolitana de Belo Horizonte. E por fim o GT Barragens, criado com a finalidade de acompanhar a situação das barragens de mineração que apresentam instabilidade na região do Alto Rio das Velhas.

Como dito anteriormente, para viabilizar a gestão e o bom gerenciamento da água, as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (MG) indicaram instrumentos de gestão a serem implementados na bacia hidrográfica, são eles: Plano Diretor de Recursos Hídricos, Outorga e direito de uso de recursos hídricos, Enquadramento dos corpos de água, Cobrança pelo uso da água e Sistema de Informações. Na bacia hidrográfica do rio das Velhas todos estes instrumentos foram implementados na bacia.

A arrecadação anual aproximada da cobrança na bacia do Rio das Velhas é de dezesseis milhões de reais.

Assim como no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, no CBH Rio das Velhas também foram identificadas algumas cadeiras cuja representação se encontram “vagas”, ou seja, dependendo ainda de indicação de membro por parte das instituições vinculadas (instituição membro não indicou seu representante). Neste sentido, foi encaminhado o questionário para 28 membros titulares e 26 membros suplentes conforme o Quadro 2 abaixo.

Tabela 2 - Relação aplicação questionários CBH Rio das Velhas

<b>Segmento</b>	<b>Nº Cadeiras</b>	<b>Nº cadeiras com representações indicadas</b>	<b>Nº de questionários enviados</b>
Poder Público Estadual	Titulares – 7	Titulares – 7	Titulares – 7
	Suplentes – 7	Suplentes - 6	Suplentes - 6
Poder Público Municipal	Titulares – 7	Titulares – 7	Titulares – 7
	Suplentes – 7	Suplentes - 7	Suplentes - 7
Usuários	Titulares – 7	Titulares – 7	Titulares – 7

	Suplentes – 7	Suplentes -6	Suplentes - 6
Sociedade Civil	Titulares – 7 Suplentes – 7	Titulares – 7 Suplentes -7	Titulares – 7 Suplentes - 7
<b>Total de questionários encaminhados</b>			Titulares – 28 Suplentes - 26

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos questionários encaminhados, 20, dos 40 conselheiros do CBH do rio Pará responderam ao questionário, sendo 70% desses conselheiros representantes das entidades membro titulares. Já para o CBH Rio das Velhas, foram contabilizadas 16 respostas, dos 28 conselheiros, sendo 81% desses conselheiros representantes das entidades membros titulares. Isso demonstra um maior engajamento dos conselheiros titulares em participar da pesquisa.

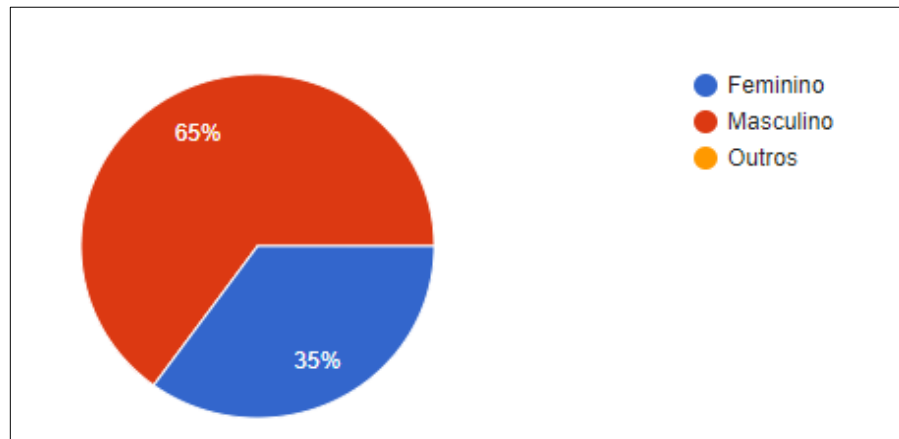
#### **4.4 Caracterização do perfil sócio econômico dos conselheiros do Comitê**

Neste tópico apresenta-se o perfil dos conselheiros que responderam aos questionários segundo gênero/sexo, cor/raça, escolaridade, área de atuação profissional, faixa etária, renda, dentre outros critérios de avaliação do perfil sócio econômico.

##### **4.4.1 Segundo gênero/sexo**

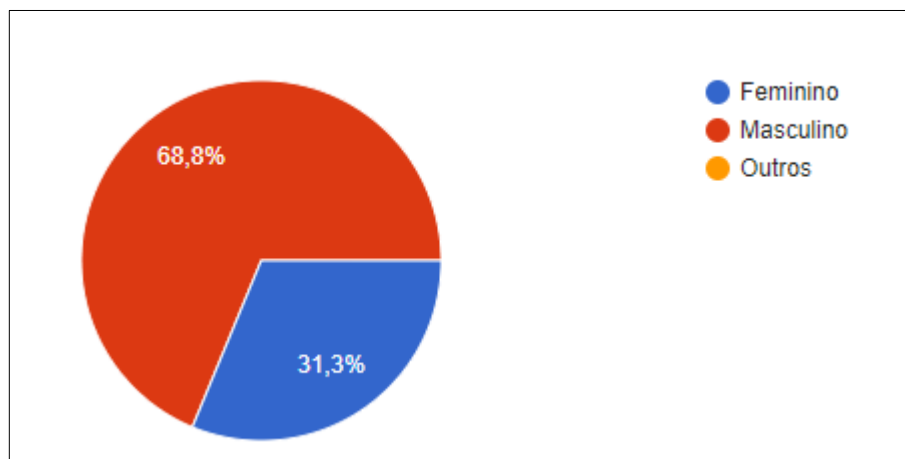
Segundo a Figura 6 e a Figura 7 abaixo, os perfis de gênero/sexo de ambos os comitês ratificam as demais pesquisas desenvolvidas em conselhos diversos, incluindo conselhos relacionados à temática Recursos Hídricos. E ambos apresentam percentuais parecidos.

Figura 6 - Perfil gênero/sexo CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 7 - Perfil gênero/sexo CBH Rio das Velhas

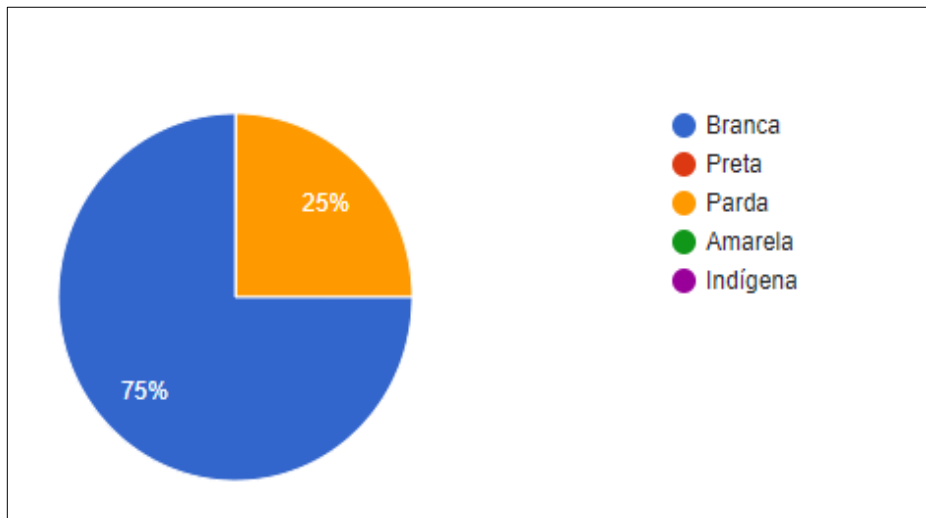


Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.4.2 Segundo cor/raça/etnia

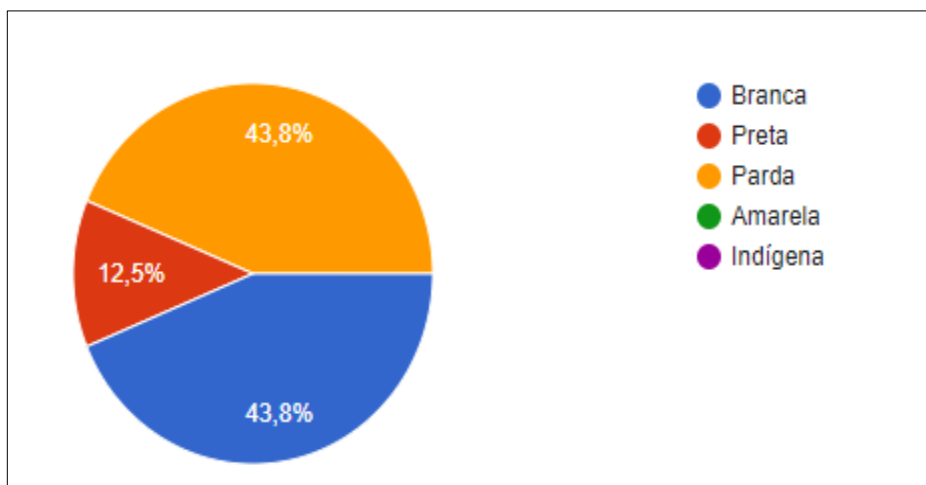
Mesmo com pequena diferença, quando se compara o perfil cor/raça/etnia dos comitês estudados, os padrões se mantêm com maioria da representação branca, seguida de parda mantendo a desigualdade de cor/raça/etnia da sociedade brasileira. Esse perfil se assemelha aos estudos realizados pelo IPEA, em que a participação maior, por exemplo de indígenas em um colegiado é restrita à colegiados formados para assuntos para este fim. Além disso, o CBH do rio das Velhas não possui cadeira para indígenas devido a configuração de sua bacia, diferente do Comitê da bacia do rio Pará e do comitê federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (Figuras 8 e 9)

Figura 8 - Perfil cor/raça/etnia CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 9 - Perfil cor/raça/etnia CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

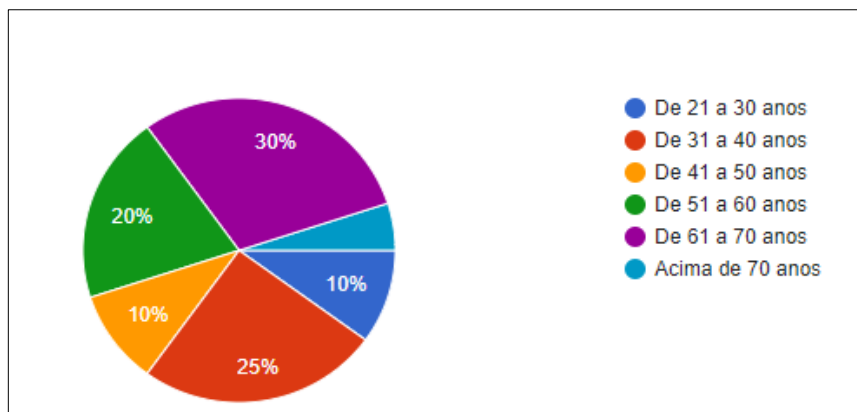
#### 4.4.3 Segundo faixa etária

No Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, observa-se a predominância da faixa etária de 61 a 70 anos, seguida de 31 a 40 e 51 a 60. No CBH Rio das Velhas, observa-se que as faixas de 61 a 70 anos, 41 a 50 anos e 31 a 40 anos mantiveram o mesmo número de respostas, indicando certo equilíbrio entre a faixa etária neste comitê de bacia. Apesar dessas pequenas diferenças é possível afirmar que estes

conselhos mantêm o padrão da faixa etária predominante de outros estudos com a mesma finalidade, indicando certo conservadorismo.

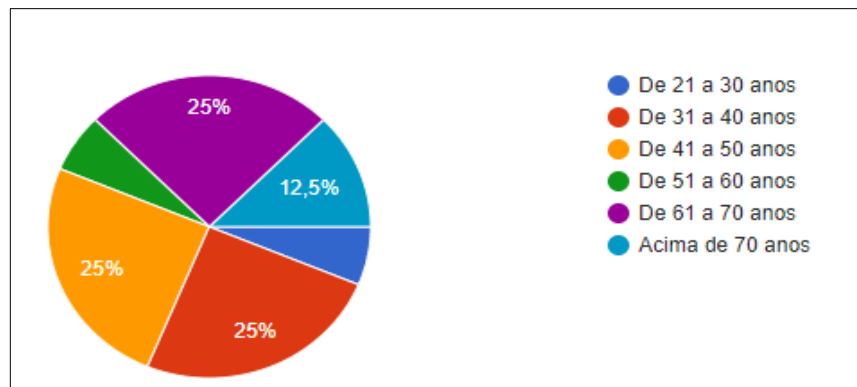
No entanto, vale salientar que a faixa de 31 a 40 tem se tornado mais expressiva se comparada aos demais estudos desenvolvidos em anos anteriores, demonstrando um maior interesse de jovens adultos na temática e certa abertura do sistema para essa faixa etária. (Figuras 10 e 11)

Figura 10 - Perfil faixa etária CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 11 - Perfil faixa etária CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

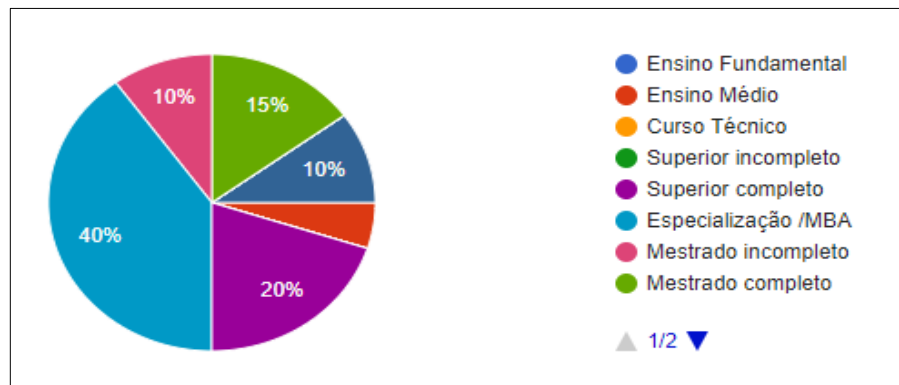
#### 4.4.4 Segundo escolaridade

Em ambos os comitês foi possível identificar a predominância de conselheiros com especialização/MBA (40% CBH do Rio Pará, 31,3% CBH Rio das Velhas), seguido de Superior Completo e na sequência com Mestrado completo. Além disso, foi identificado conselheiros com doutorado completo (Figuras 12 e 13).

Esse resultado corrobora com demais estudos relacionados ao perfil dos conselheiros da temática de Recursos Hídricos em que foi identificado alto nível de especialização entre seus membros, considerando também por ser uma temática com nível de complexidade bastante alta, que exige qualificação técnica elevada para que se obtenha qualidade nas discussões.

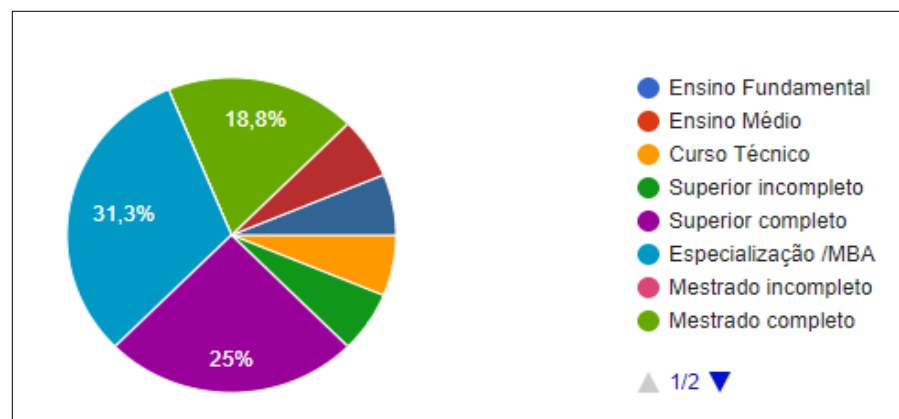
A área de Recursos Hídricos também possui um incentivo em relação à formação dos atores do sistema. Como exemplo, pode-se citar cursos de especialização e até Programa de mestrado em rede como o Profágua voltado para profissionais da área de Recursos Hídricos do Brasil.

Figura 12 - Perfil escolaridade CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 13 - Perfil escolaridade CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.4.5 Segundo área de atuação profissional

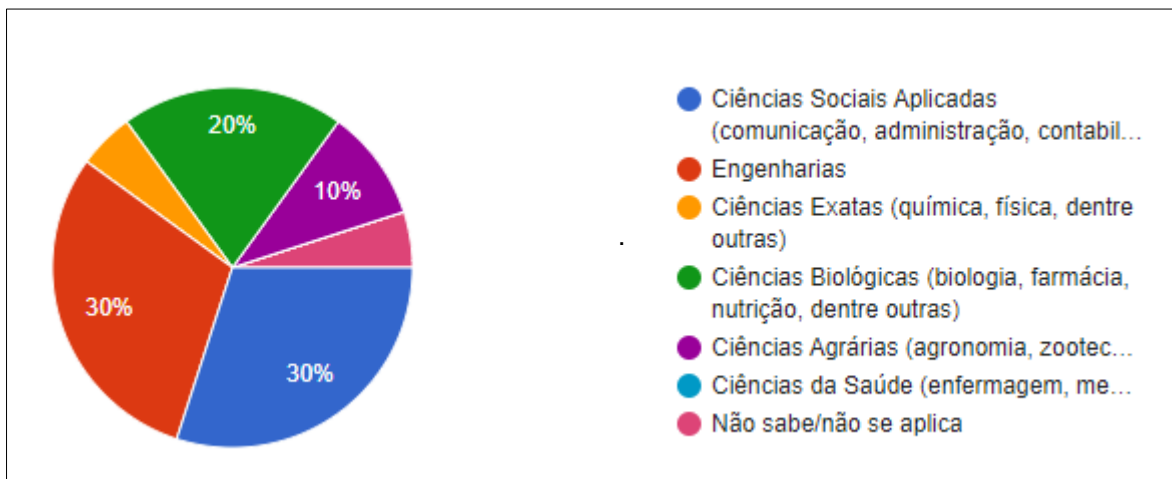
No Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, dos conselheiros que responderam à pesquisa, estão majoritariamente (60%) inseridos nas áreas de

Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, seguida da área de Ciências Biológicas. Já no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas 43,8% responderam ser da área de Ciências Sociais Aplicadas, seguida de Engenharias (37,5%) e Ciências Agrárias (18,8%) (Figuras 14 e 15).

Resultado diferente se comparado à pesquisa desenvolvida pelo IPEA no CNRH que, em 2012, a maioria de seus conselheiros eram da área de Engenharia. No entanto, vale salientar que os profissionais da área de Ciências Sociais Aplicadas, costumam se engajar mais quando são chamados a participar de pesquisas como estas, considerando os preceitos da própria profissão e importância desse método nas pesquisas da área de Ciências Sociais. Esse fator pode ter influenciado nos resultados, cabendo uma análise mais detalhada desse quesito.

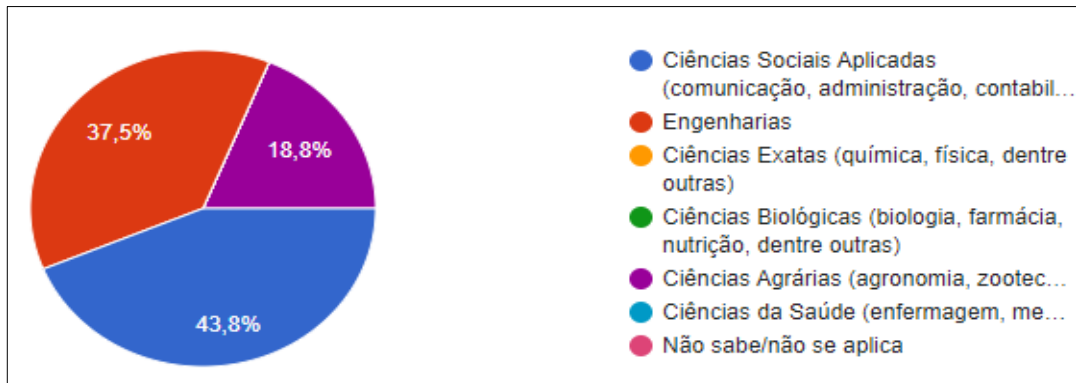
Vale ressaltar a importância da participação desses profissionais na gestão de Recursos Hídricos, não limitando assim apenas às questões técnicas que envolvem essa temática, trazendo certa pluralidade de visões e pontos de vista ao processo de gestão das águas dessas bacias hidrográficas.

Figura 14 - Perfil área de atuação profissional CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 15- Perfil área de atuação profissional CBH Rio das Velhas



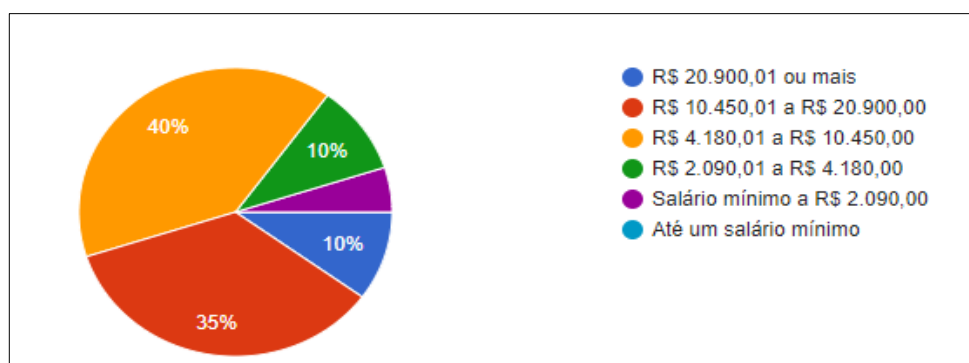
Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.4.6 Segundo renda familiar

No CBH do Rio Pará, 75% dos conselheiros que responderam à pesquisa, recebem acima de R\$ 4.180,01, acima da média brasileira que é de R\$ 1.353,00, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, publicados pelo *site* de notícias UOL (2022). Com menor porcentagem nas rendas superiores a R\$ 20.900,01 e inferiores a R\$ 4.180,00.

No CBH Rio das Velhas, percebe-se, se comparado do CBH do Rio Pará, maior equilíbrio, em termos percentuais, entre as rendas, e maior diferença entre as rendas dos conselheiros que responderam à pesquisa, demonstrando maior diversidade quando se fala na representação das classes sociais (Figuras 16 e 17). É possível que devido a cultura de mobilização social, vertente principal do CBH Rio das Velhas, pode ter contribuído para esse resultado.

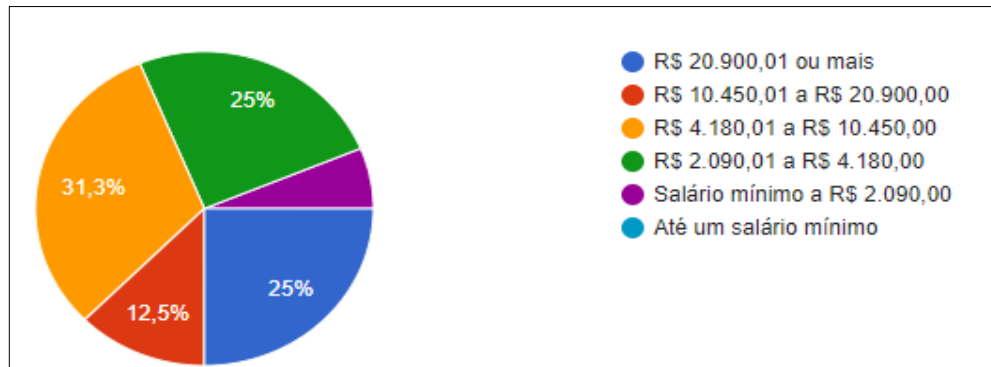
Figura 16- Perfil renda familiar CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 17- Perfil renda familiar CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

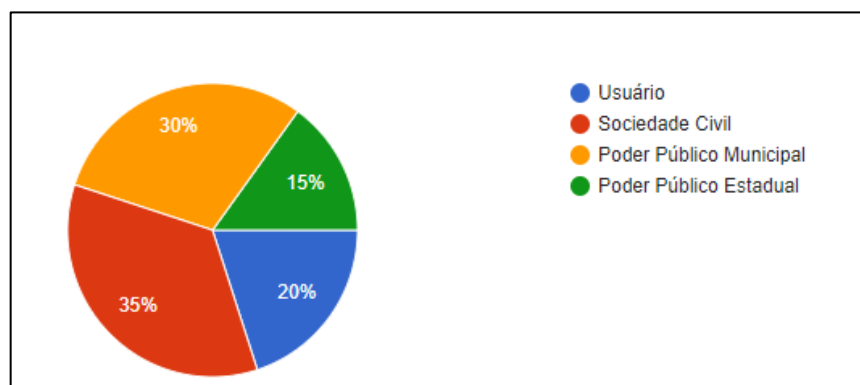
#### 4.5 Atuação no âmbito do Comitê e gestão das águas

Neste bloco, apresenta-se o resultado e análise relacionada à atuação dos conselheiros no âmbito do comitê e a percepção destes sobre a composição do comitê, os interesses prioritariamente defendidos, o grau de articulação entre os diferentes setores, bem como outros fatores relacionados.

##### 4.5.1 Quanto ao seguimento

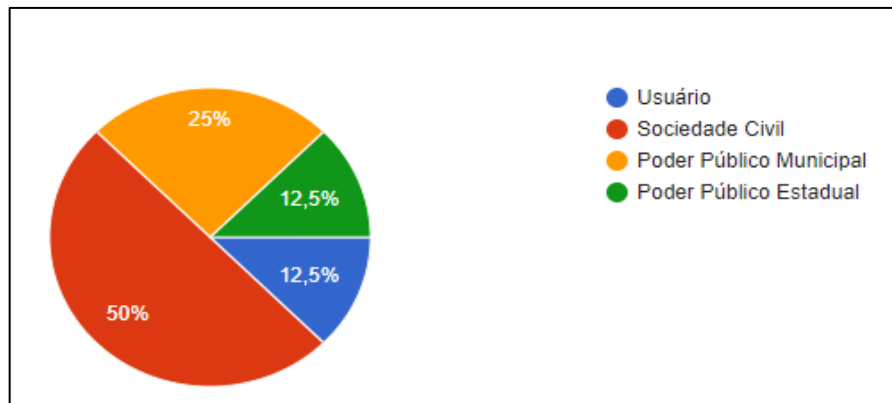
A partir dos resultados apresentados, identificou-se um maior engajamento dos segmentos da Sociedade Civil e Poder Público Municipal em responder à pesquisa. Seguido de usuários (CBH do Rio Pará) e Poder Público Estadual, demonstrando a não paridade na resposta ao questionário (Figuras 18 e 19).

Figura 18 - Segmentos CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 19 - Segmentos CBH Rio das Velhas



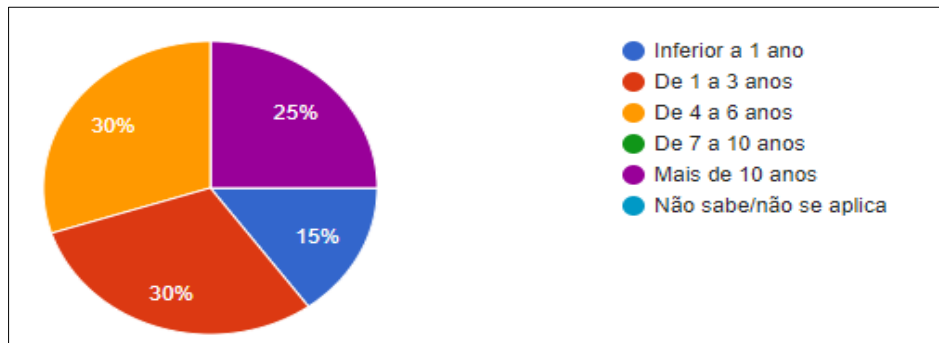
Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.5.2 Quanto ao tempo de participação no CBH

A partir dos dados apresentados é possível afirmar, no âmbito do CBH do Rio Pará, certo equilíbrio entre os conselheiros respondentes em relação ao tempo do efetivo exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado, sendo a maioria (60%) com atuação de um a seis anos (o que corresponde a uma e duas gestões), corroborando assim com o resultado da faixa etária que tem demonstrado chegada de novos membros, jovens, na gestão do comitê ainda que de forma gradual e conservadora.

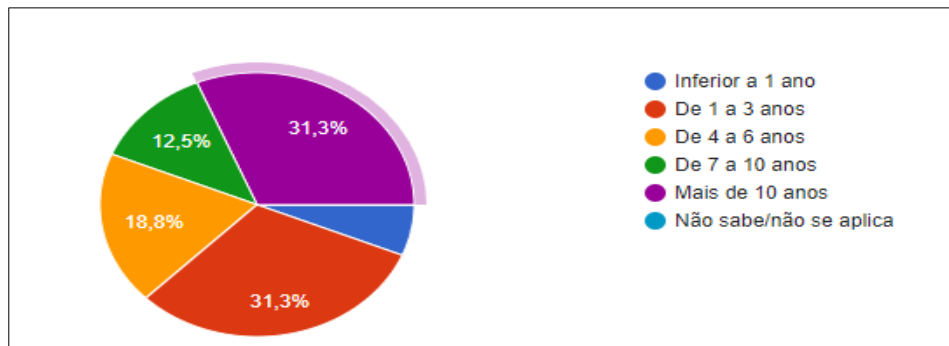
Já no CBH Rio das Velhas, a baixa oxigenação dos conselheiros é mais evidente quando se observa que 43,8% dos respondentes atuam no CBH há mais de sete anos, sendo dessa parcela maioria acima de dez anos. No entanto, há boa parcela de conselheiros que chegaram recentemente ao CBH indicando atuação de quatro a seis anos. Esse resultado demonstra a necessidade de capacitação de seus membros, com melhor entendimento da Política de Recursos Hídricos para aprimoramento de sua atuação e dos instrumentos de gestão (Figuras 20 e 21).

Figura 20 - Tempo de participação no CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 21- Tempo de participação no CBH Rio das Velhas

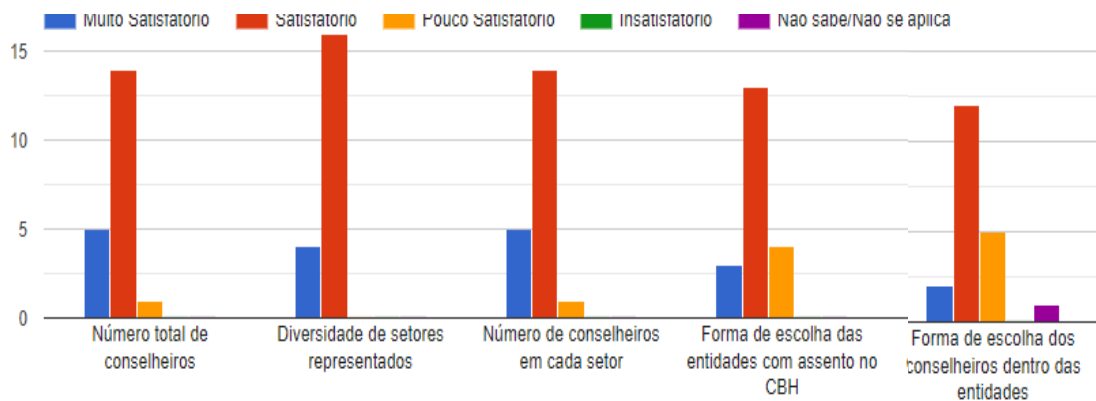


Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.5.3 Quanto a composição do CBH na visão dos conselheiros

Esse item revela o grau de satisfação dos conselheiros em relação aos seguintes aspectos: número total de conselheiros, diversidade dos setores representados, número de conselheiros em cada setor, forma de escolha das entidades com assento nos comitês e forma de escolha do membro no âmbito de cada entidade. Para cada aspecto, foram disponibilizadas cinco opções de avaliação, sendo: muito satisfatório, satisfatório, pouco satisfatório, insatisfatório e não sabe/não se aplica (Figura 22)

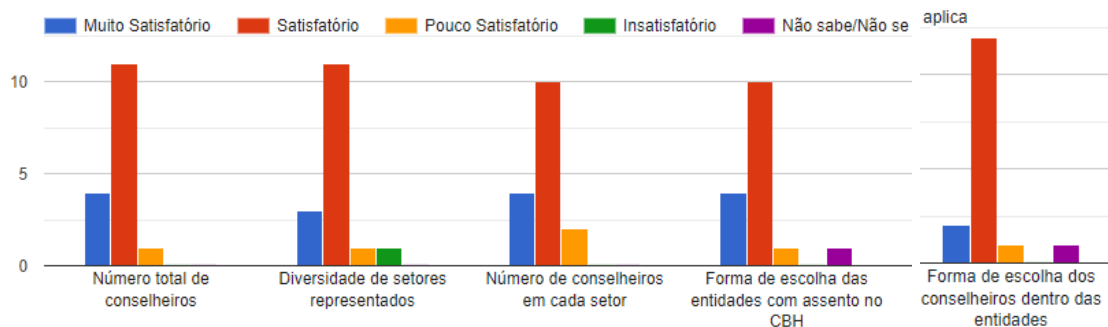
Figura 22 - Quanto a composição do CBH na visão dos conselheiros do CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Na visão dos conselheiros respondentes, dos aspectos citados, a maioria considerou como satisfatório e muito satisfatório, sendo sinalização de pouco satisfatório a forma de escolha das entidades com assento no CBH cabendo melhorias nos processos eleitorais do Comitê e forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades (Figura 23).

Figura 23 - Quanto a composição do CBH na visão dos conselheiros do CBH Rio das Velhas



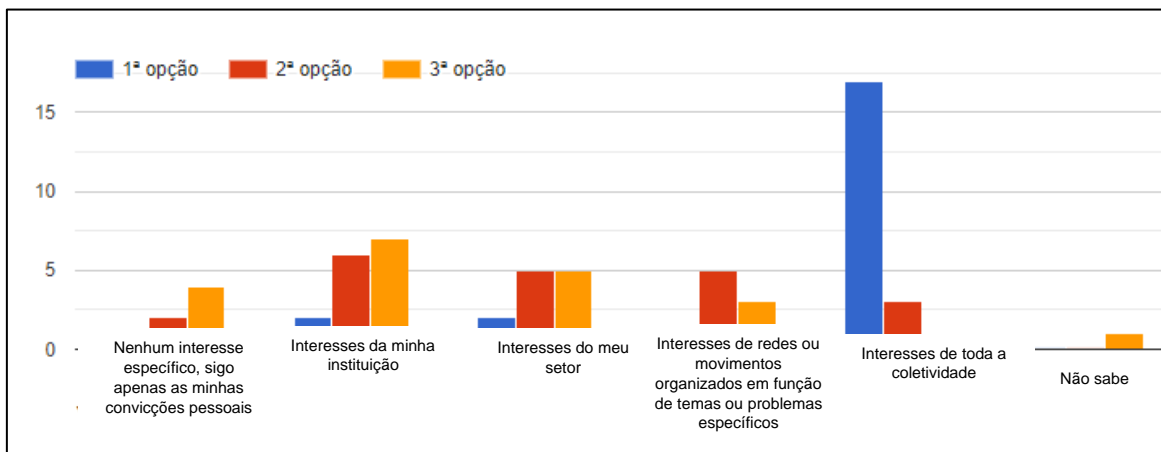
Fonte: Elaborado pela autora.

Na visão dos conselheiros do CBH Rio das Velhas respondentes, dos aspectos citados, a maioria considerou como satisfatório e muito satisfatório, sendo sinalização de pouco satisfatório em todos os aspectos apresentados, sendo mais significativo no aspecto do número de conselheiros em cada setor.

#### 4.5.4 Quanto aos interesses defendidos

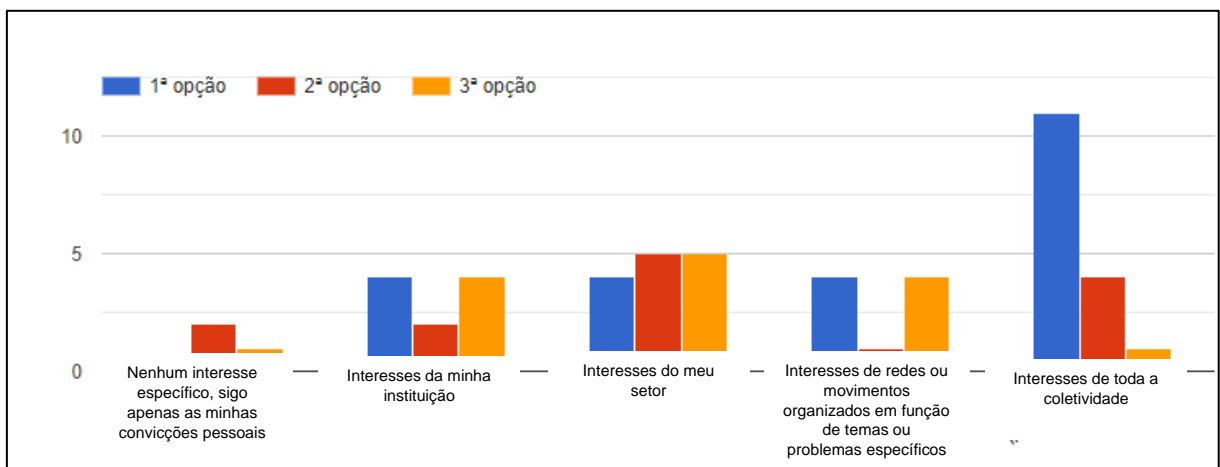
Quando questionados sobre os interesses prioritários defendidos nos comitês, foi solicitado aos conselheiros que marcassem três opções em ordem de relevância, sendo estas: nenhum interesse específico, siga apenas as minhas convicções pessoais, interesses da minha instituição, interesses do meu setor, interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos e interesses de toda a coletividade. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro (Figuras 24 e 25).

Figura 24 - Interesses prioritariamente defendidos CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 25 - Interesses prioritariamente defendidos CBH Rio das Velhas



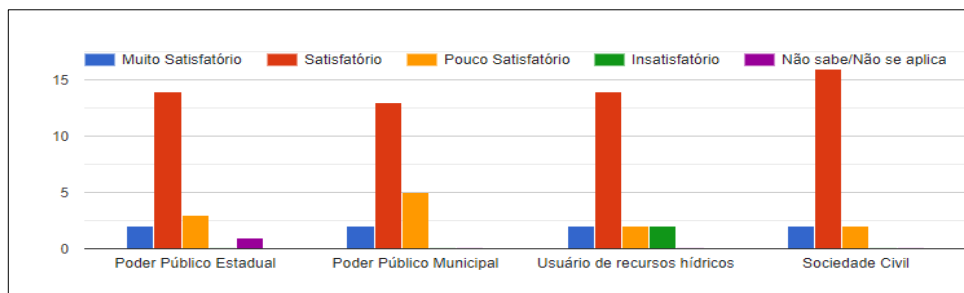
Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os resultados apresentados, de ambos comitês, os interesses prioritários são: Interesse de toda coletividade, interesse da minha instituição e interesse do meu setor.

#### 4.5.5 Quanto ao grau de articulação entre os setores

Diante dos resultados apresentados do CBH do Rio Pará, de forma geral, todos consideram o grau de articulação entre si como positivo, com poucas sinalizações, a partir da totalidade dos resultados como pouco satisfatórios. O Insatisfatório elencado foi resultado da resposta de dois conselheiros representantes do segmento sociedade civil. (Figura 26)

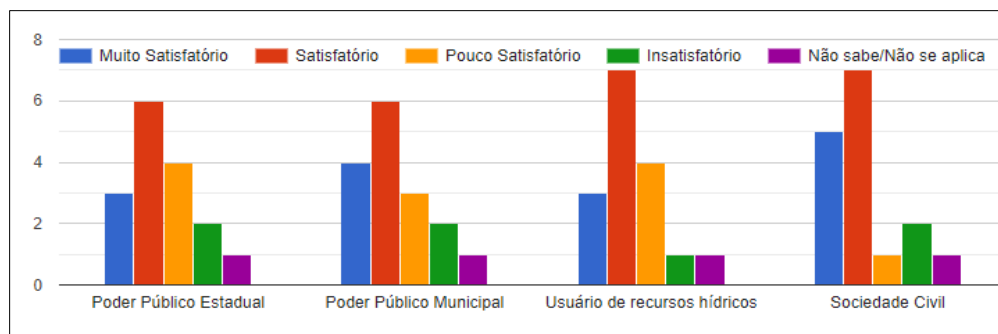
Figura 26 - Articulação entre setores do CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado do CBH Rio das Velhas demonstra que, de modo geral, há uma razoável articulação entre os setores, no entanto, a sinalização de pouco satisfatório e insatisfatório é mais expressiva, sendo necessário ações para aprimoramento desse aspecto. (Figura 27)

Figura 27 - Articulação entre setores do CBH Rio das Velhas

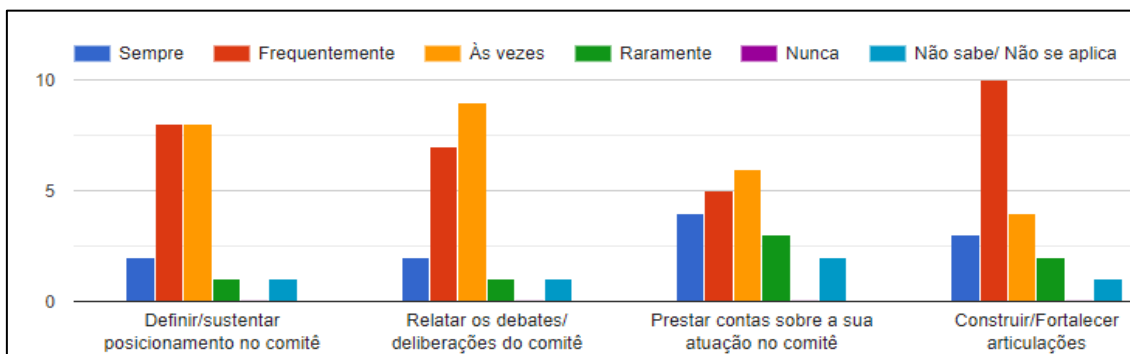


Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.5.6 Quanto a frequência da consulta a base de apoio

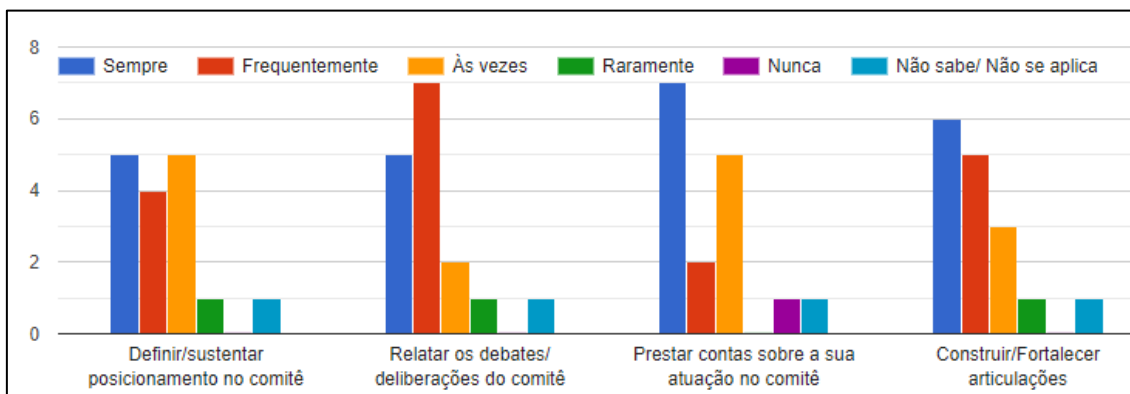
A partir dos resultados apresentados, a frequência de consulta à base de apoio para definir e sustentar posicionamentos no comitê é frequente e às vezes. Assim como para relatar os debates e deliberações do comitê, ou seja, definindo posicionamento e trazendo à entidade membro o retorno das decisões do colegiado. Já para a prestação de contas sobre atuação do conselheiro no comitê, como por exemplo elaboração de relatório, e-mail ou outro tipo de comunicação mantém o equilíbrio entre sempre, frequentemente, às vezes, sendo mais expressivo, se comparado aos demais aspectos, o quesito raramente. Em relação a construir e fortalecer articulações majoritariamente os conselheiros retornam para as bases frequentemente. (Figuras 28 e 29)

Figura 28 - Frequência de consulta a base de apoio CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 29 - Frequência de consulta a base de apoio CBH Rio das Velhas



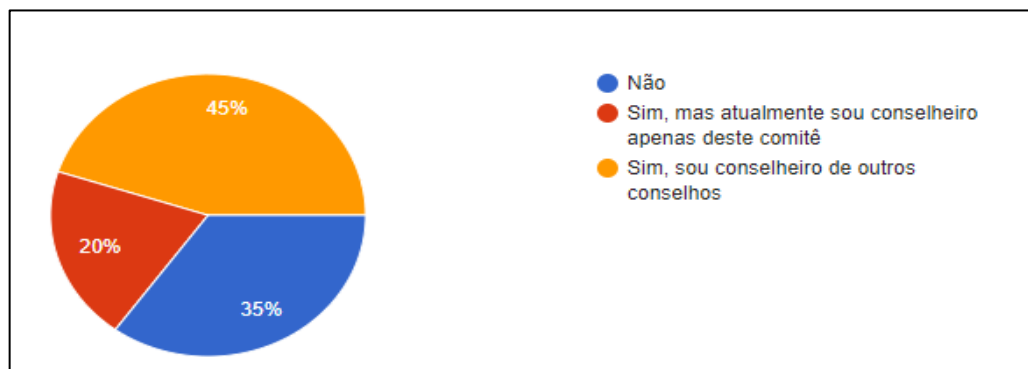
Fonte: Elaborado pela autora.

Já no CBH Rio das Velhas, há sinalização de maior relação do conselheiro com sua base tanto para definição de posicionamento, quanto para retorno sobre as decisões do CBH e prestação de contas da sua atuação.

#### 4.5.7 Quanto a representação em outros conselhos

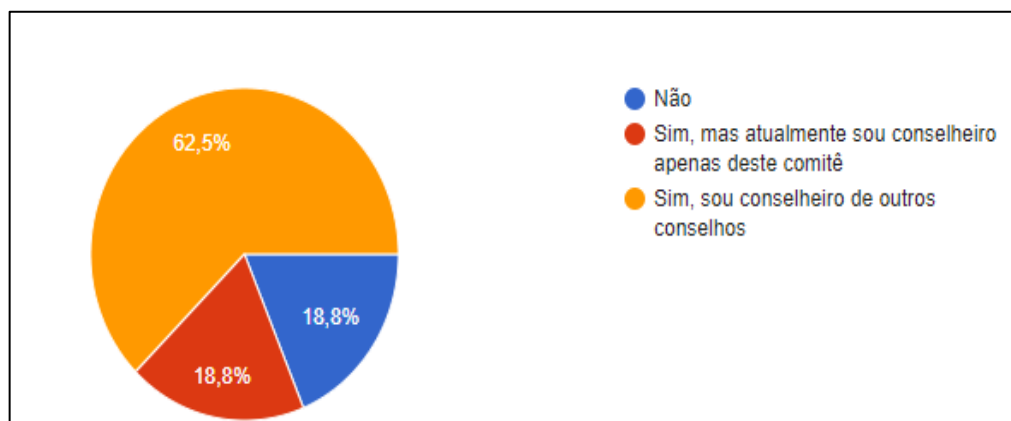
Em ambos os comitês de bacia, a afirmativa que o conselheiro participa de outros conselhos é expressiva, demonstrando que o número de conselhos no país/estado não é acompanhado em medida da diversidade igual a de atores sociais que se mobilizam e participam destes espaços, uma vez que é comum que este conselheiro participe de diversos conselhos (Figuras 30 e 31).

Figura 30 - Representação dos conselheiros do CBH do Rio Pará em outros conselhos



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 31 - Representação dos conselheiros do CBH Rio das Velhas em outros conselhos



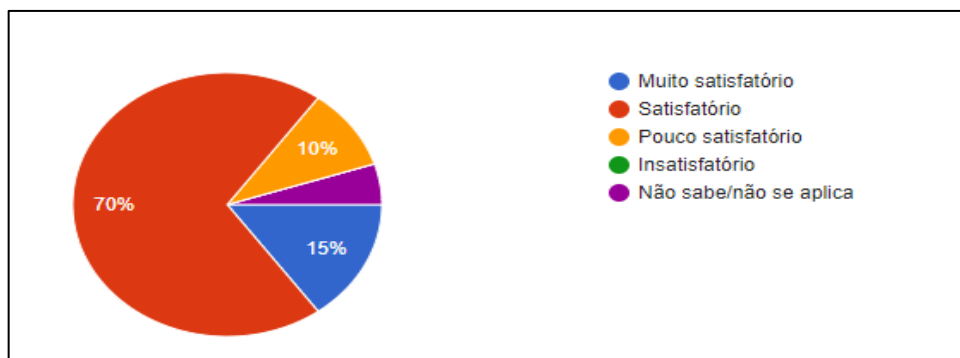
Fonte: Elaborado pela autora.



#### 4.5.8 Quanto ao nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do comitê.

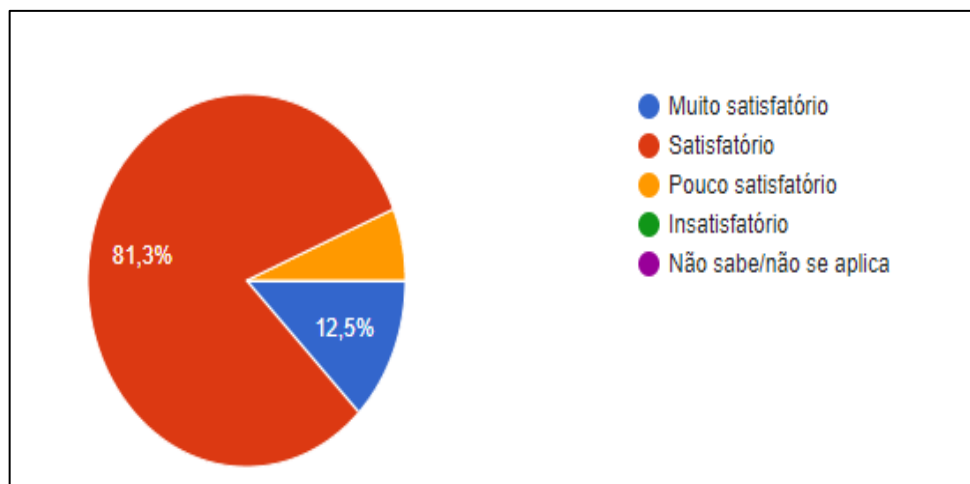
Majoritariamente, os conselheiros, tanto do CBH do Rio Pará, quanto do CBH Rio das Velhas consideram que seus níveis de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do comitê são muito satisfatórios e satisfatórios. No entanto, ainda há indicação, menos que de pouca expressão, de pouco satisfatório o que pode trazer desequilíbrio no que tange a qualidade da representação de alguns atores (Figuras 32 e 33).

Figura 32 - Nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do CBH do Rio Pará.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 33 - Nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do CBH do Rio das Velhas.



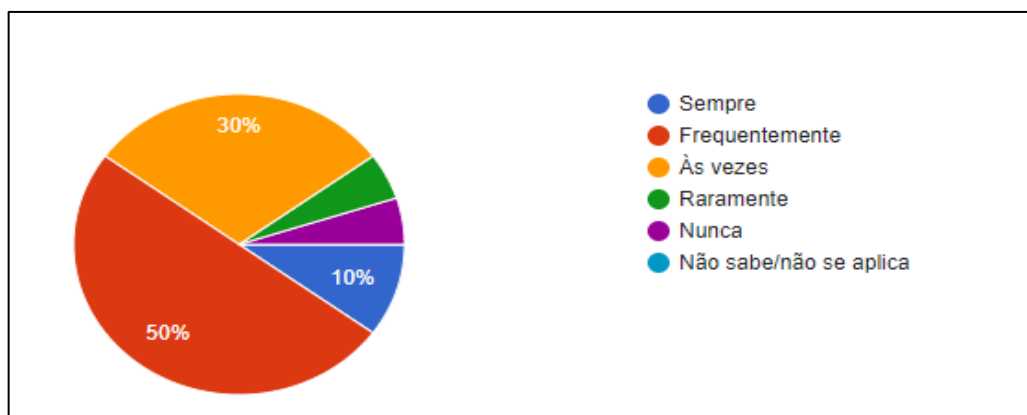
Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.6 Funcionamento do Comitê

Neste bloco, são apresentados os resultados das questões sobre a influência do conselho, a compreensão dos assuntos e a linguagem utilizada nas reuniões, bem como a avaliação de setores e estruturas administrativas e organizacionais.

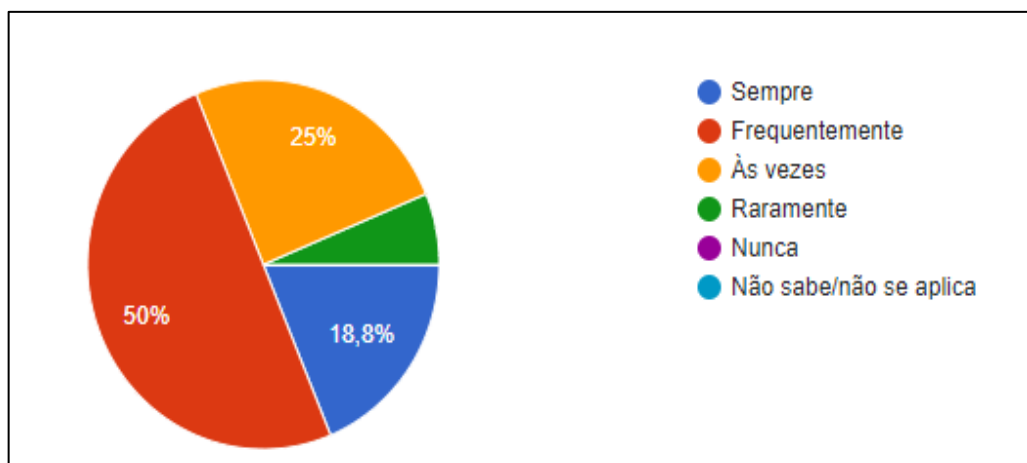
### 4.6.1 Sobre com qual frequência da atuação do conselheiro corresponde aos interesses de seu respectivo setor

Figura 34 - Frequência da atuação do conselheiro correspondente aos interesses de seu respectivo setor do CBH do Rio Pará.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 35 - Frequência da atuação do conselheiro correspondente aos interesses de seu respectivo setor do CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

As Figuras 34 e 35 demonstram que a opinião da maioria dos conselheiros é que as atuações destes frequentemente e às vezes correspondem aos interesses dos

seus setores, trazendo um alerta em relação à percepção da representatividade dos membros, que na prática deveriam representar um segmento específico e não interesses individuais

#### 4.6.2 Sobre a influência da atuação do Comitê

Este item apresenta as opiniões dos conselheiros acerca do nível de influência dos comitês na agenda no Estado de MG, agenda da SEMAD - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG, bem como em iniciativas da sociedade civil, iniciativas do setor produtivo e percepção da opinião pública sobre o tema.

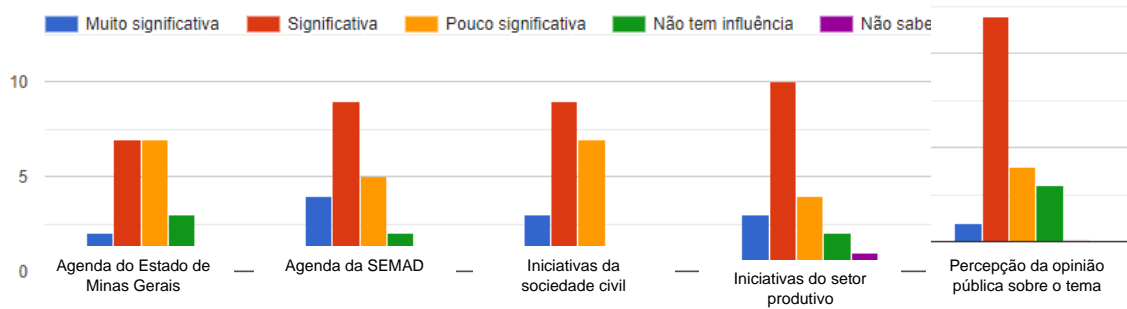
Apesar de trazer proporções um pouco diferentes, as Figuras 36 e 37 relacionadas aos dois comitês apresentam padrão similar em relação às respostas apresentadas.

Em relação à agenda no Estado de MG, ambos comitês apresentaram respostas majoritárias como significativa e pouco significativa, tendo aparecido no CBH do Rio Pará a opção não tem influência. Em outras palavras, os conselheiros percebem razoável influência no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Já em relação à agenda da SEMAD - Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG, o CBH do Rio Pará apontou como influência significativa, seguida de pouco significativa, elencando também, em minoria muito significativa e não tem influência. O CBH Rio das Velhas, diferentemente, apontou como influência pouco significativa, seguida da significativa e em menor quantidade, muito significativa.

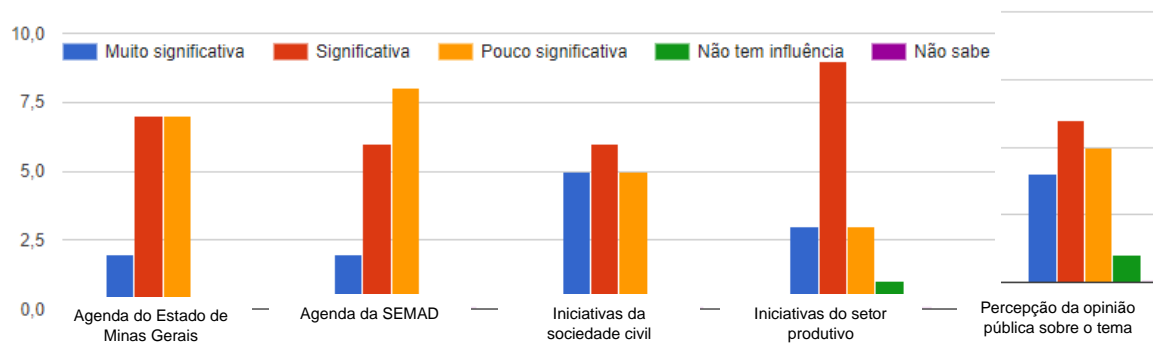
Em relação às iniciativas da sociedade civil, ambos comitês, majoritariamente elencaram influência significativa, seguida de pouco significativa e muito significativa. Assim como em influência do setor produtivo que em ambos foi apresentado como significativa, superando os demais aspectos. Por fim, na influência em relação à percepção da opinião pública sobre o tema de recursos hídricos, ambos apresentaram como significativa seguida de pouco significativa. De modo geral, as opiniões dos conselheiros em relação a esse item permaneceram divididas em todos dos aspectos.

Figura 36 - Sobre a influência da atuação do CBH do Rio Pará na visão de seus conselheiros



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 37 - Sobre a influência da atuação do CBH Rio da Velhas na visão de seus conselheiros.

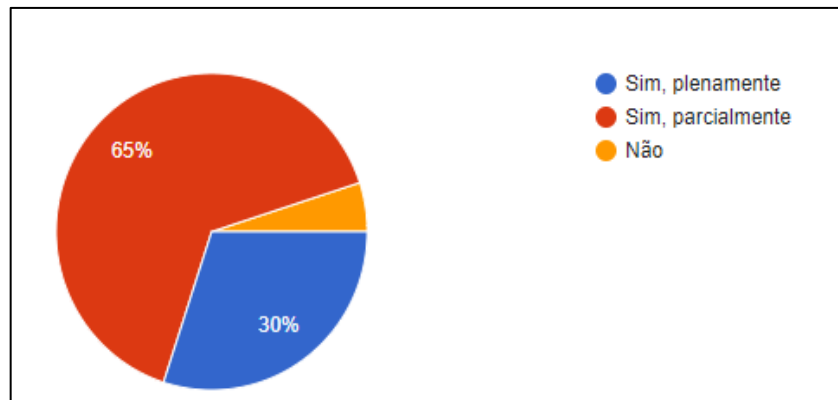


Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.3 Sobre a compreensão dos conselheiros em relação aos assuntos tratados no âmbito dos Comitês

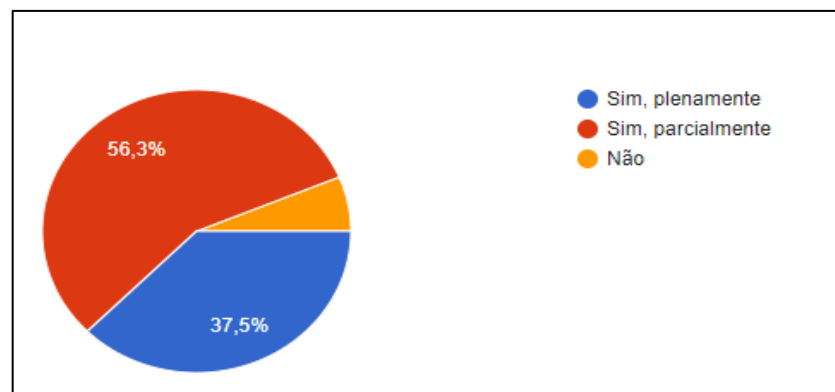
Em ambos os comitês estudados, foi possível observar que a maioria dos conselheiros respondentes elencaram que a compreensão dos assuntos tratados no âmbito dos comitês é entendida parcialmente, seguida de entendimento total. Essa questão pode estar relacionada ao nível de debate que a área de recursos hídricos exige, muitas das vezes com utilização de termos técnicos, apontando assim a necessidade de investimentos em capacitação e preparação prévia às reuniões. (Figuras 38 e 39)

Figura 38 - Sobre a compreensão dos assuntos tratados no CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 39 - Sobre a compreensão dos assuntos tratados no CBH Rio das Velhas

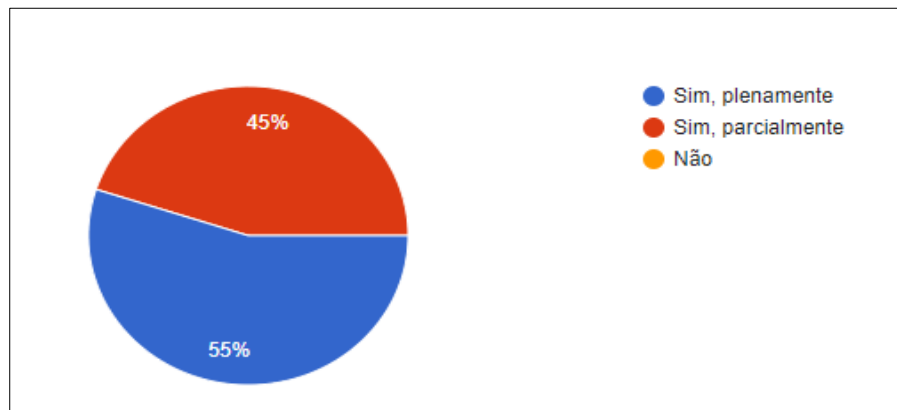


Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.4 Sobre a linguagem utilizada nas reuniões

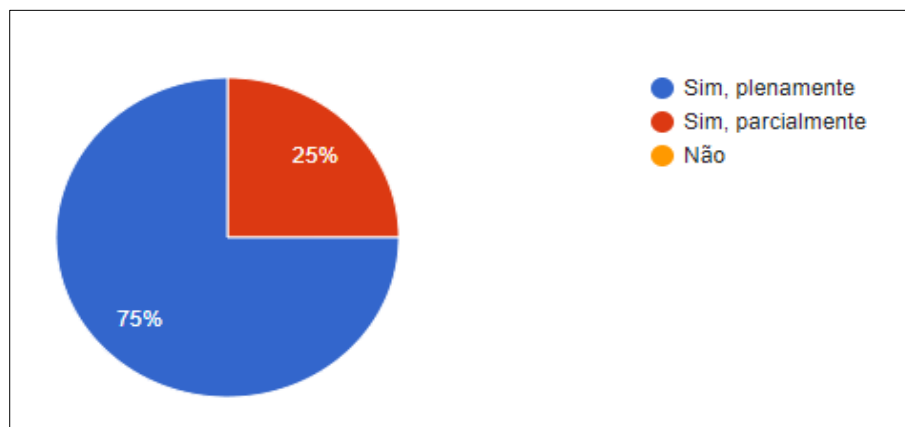
De acordo com o resultado apresentado nas Figuras 40 e 41, a linguagem utilizada é apropriada e parcialmente apropriada (com maior expressão no CBH do Rio Pará), corroborando assim com o item anterior. Apesar do grau de qualificação dos conselheiros, alguns temas possuem alta complexidade, o que exige certa dedicação e capacitação. Portanto, é necessário também o engajamento de todo o CBH para tornar o assunto de alta complexidade, mas acessível a todos, considerando que a diversidade no âmbito de colegiados é de extrema importância para seu objetivo democrático e participativo.

Figura 40 - Sobre a linguagem utilizada nas reuniões do CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 41 - Sobre a linguagem utilizada nas reuniões do CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.5 Avaliação do papel dos setores na atuação do comitê

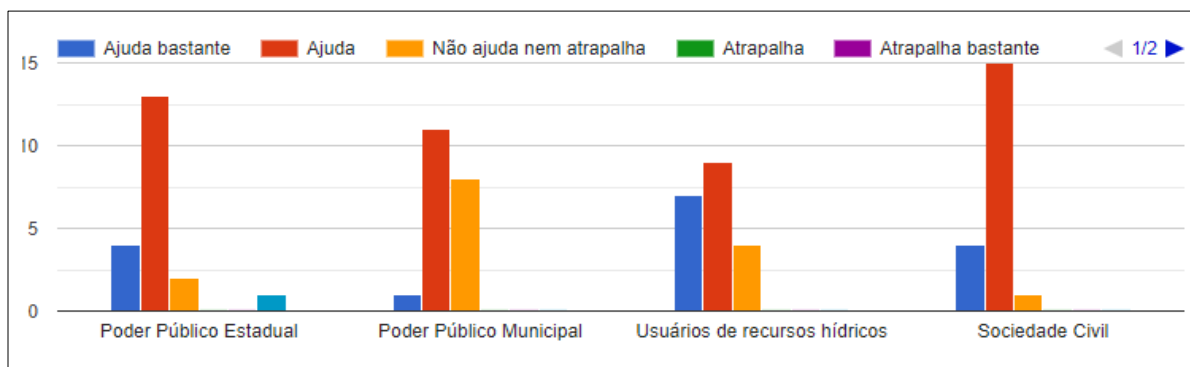
Com relação à atuação dos diferentes setores, a Figura 42 revela, de forma geral, que os conselheiros avaliam a atuação dos diferentes setores no CBH do Rio Pará como positiva, pois a maioria, dos quatros setores, indicou as opções “ajuda” e “ajuda bastante”. Há também, em especial ao que se refere ao poder público municipal, a indicação “não ajuda nem atrapalha” como superior à “ajuda bastante”.

Com relação à atuação dos diferentes setores, as Figura 42 e 43 revelam que os conselheiros indicaram, para os setores do poder público estadual e usuários, a avaliação “ajudam”, sendo, no caso do poder público estadual, seguido de “não ajuda nem atrapalha”, diferente do setor usuário que foi seguido de “ajuda bastante”. No

entanto, para esse setor foram elencadas também as demais avaliações como “não ajuda nem atrapalha”, “atrapalha” e “atrapalha bastante”.

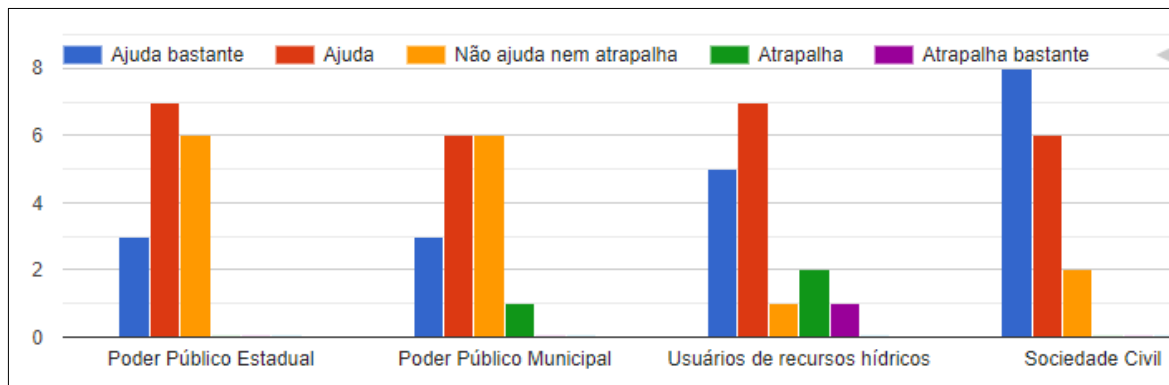
Para o segmento do poder público municipal as avaliações “ajusta” e “não ajuda nem atrapalha” foram maioria, seguida de “ajuda bastante” e “atrapalha”. Já para o segmento sociedade civil, os conselheiros responderam, na sua expressiva maioria, que o segmento “ajuda bastante”, seguida de “ajuda” e “não ajuda nem atrapalha”.

Figura 42 - Avaliação do papel dos setores na atuação do CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 43 - Avaliação do papel dos setores na atuação do CBH Rio das Velhas



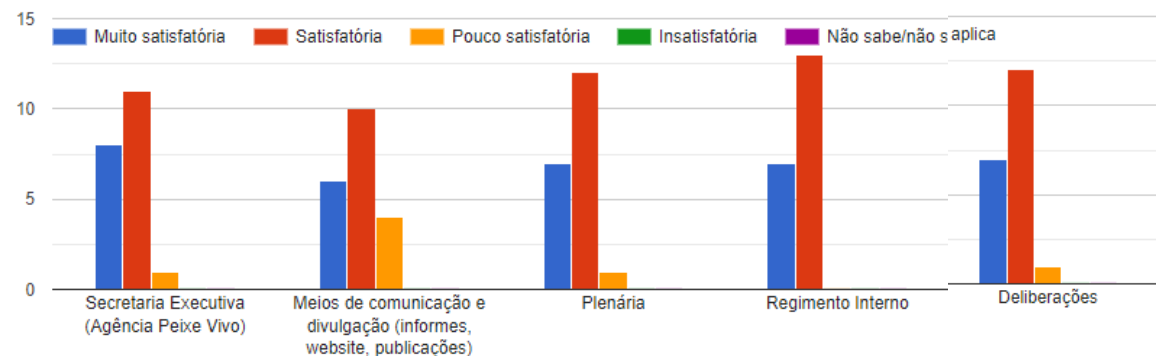
Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do comitê

A proposta deste quesito é analisar o nível de satisfação dos conselheiros em relação às estruturas administrativas e organizacionais dos comitês.

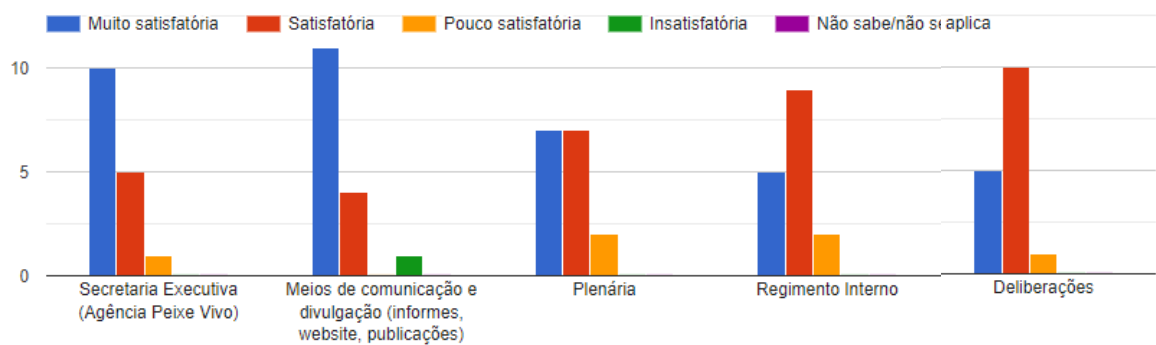
Ao observar as figuras 44 e 45 verifica-se que a Secretaria Executiva, meios de comunicação e divulgação, regimento interno e deliberações foi avaliada como positiva, pois a maioria dos conselheiros atribuiu “satisfatório” e “muito satisfatório” a todos os segmentos analisados. Embora todos eles também tiveram algumas respostas na modalidade “pouco satisfatório” e “insatisfatório”.

Figura 44 - Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 45 - Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do CBH Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.7 Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo comitê

Neste item a intenção é saber, na percepção dos conselheiros quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente pelo comitê, a fim de propor encaminhamentos para as opções mais selecionadas. Cada respondente poderia

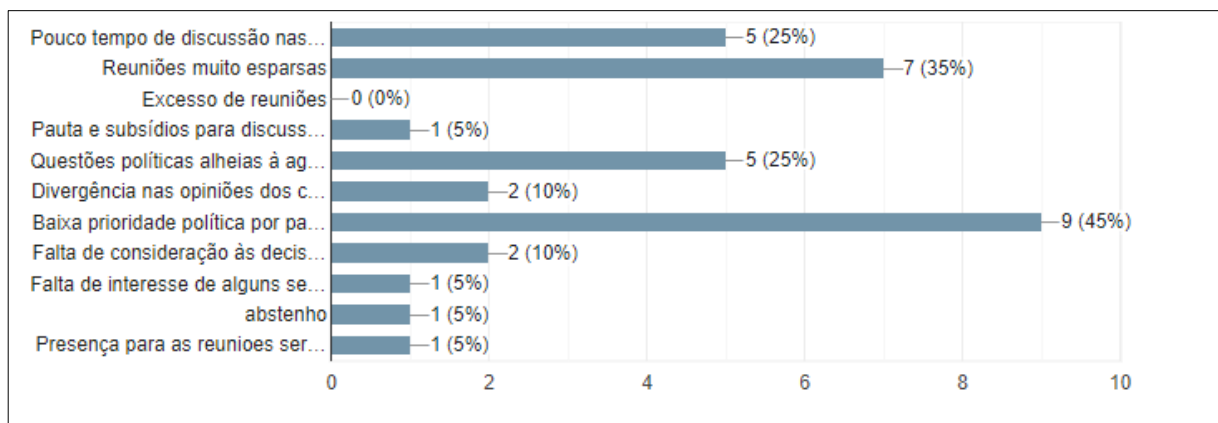


selecionar até duas opções dos aspectos apresentados. Para o aspecto “Outros”, foi disponibilizado espaço aberto para opinião.

Aspectos apresentados: Pouco tempo de discussão nas reuniões, Reuniões muito esparsas, Excesso de reuniões, Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência, Questões políticas alheias à agenda do comitê, Divergência nas opiniões dos conselheiros, Baixa prioridade política por parte do Poder Público, Falta de consideração às decisões do comitê e Outros.

No CBH do Rio Pará, os três aspectos mais elencados foram: “Baixa prioridade na política por parte do Poder Público”; “Reuniões muito esparsas” e “Pouco tempo de discussão nas reuniões”, conforme pode se observar na Figura 46. Além disso, como opinião aberta elencaram pouco engajamento dos conselheiros, quesito importante para a boa gestão dos recursos da bacia. Nesse sentido, o próprio CBH deverá trabalhar no sentido de maior articulação entre seus conselheiros demonstrando a importância da participação de todos no âmbito do CBH.

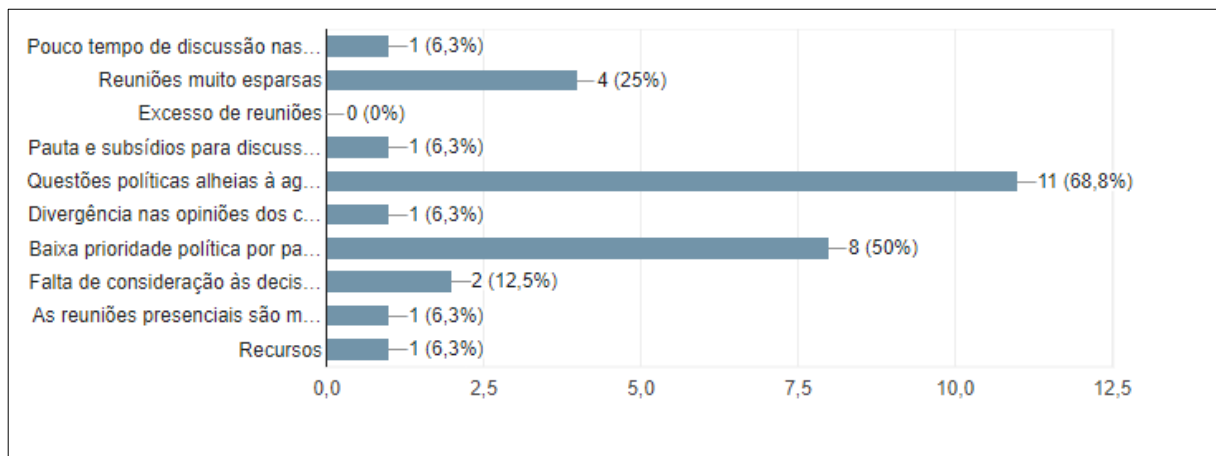
Figura 46 - Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo CBH do Rio Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Já no CBH do Rio das Velhas, demonstrado na Figura 47, os aspectos “Questões políticas alheias à agenda do comitê”, “Baixa prioridade na política por parte do Poder Público” e “Reuniões muito esparsas” foram levantadas como gargalos.

Figura 47 - Opinião sobre as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo CBH  
Rio das Velhas



Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.6.8 Pontos Fortes de atuação dos comitês

Para análise dos principais pontos fortes na atuação dos Comitês estudados, utilizou-se a questão aberta. Abaixo as principais respostas de forma consolidada.

##### CBH do Rio Pará

- Ações propositivas;
- Políticas de uso das águas;
- Relação com a sociedade e a busca de soluções para as questões de recursos hídricos;
- Secretaria executiva atuante;
- Comprometimento e preparo da maioria dos envolvidos;
- Representatividade;
- Abertura para opiniões de vários segmentos e decisões;
- Gestão com objetivos e ação.;
- Organização, discussão e direcionamento.

##### CBH Rio das Velhas

- Programas, Projetos e ações em andamento;
- Na análise de gestão dos usos e disponibilidade hídrica da bacia;

- Gestão organizada, descentralizada e participativa;
- Grau de comprometimento de alguns integrantes;
- Existência dos Subcomitês;
- Instrumentos de gestão implantados;
- Articulação e qualidade técnica das discussões.

#### 4.6.9 Pergunta aberta sobre o que poderia ser feito para melhorar a atuação do comitê?

Assim como a questão anterior, para análise das principais sugestões de melhoria da atuação dos Comitês estudados, utilizou-se a questão aberta. Abaixo as principais respostas de forma consolidada.

##### CBH do Rio Pará

- Maior reconhecimento, interesse e apoio do Estado neste tipo de instrumento de gestão participativa;
- Comprometimento das entidades/conselheiros com representatividade no comitê;
- Fortalecimento das Câmaras técnicas e diálogo da diretoria com as mesmas;
- Ampliar a participação com reuniões mais duradouras e discussões mais efetivas das questões afetas à bacia;
- Cursos para capacitação dos conselheiros;
- Maior alinhamento com o poder público para ações mais efetivas e resolução de problemas comuns;
- Maior divulgação dos trabalhos realizados junto à comunidade local.

##### CBH Rio das Velhas

- Maior engajamento dos Conselheiros;
- Maior transparência em relação às tratativas do CBH;
- Tentar ter mais influência nas decisões dos órgãos governamentais, principalmente os estaduais;
- Ter participação efetiva de todos envolvidos;
- Maior comprometimento do poder executivo com as ações necessárias;

- Divulgação e compromisso do cumprimento das metas do Plano Diretor por parte dos diversos setores, em especial do setor público;
- Capacitação continuada;
- Elaboração de projetos básicos de saneamento e execução de projetos de saneamento rural;
- Ampliação do conhecimento do CBH na sociedade;
- Apoio efetivo do Estado e Municípios e não a agenda político/partidário.

#### 4.6.10 Pergunta aberta: "Se tudo continuar como está, qual é o futuro do Comitê?"

Esta questão também foi aplicada de forma aberta para que o conselheiro pudesse ter liberdade na resposta. Abaixo, as principais respostas de forma consolidada.

##### CBH do Rio Pará

- Continuará a realizar ações importantes, mas precisa da sinergia de ações dos demais órgãos do Estado;
- Comitê desenvolverá, porém mais lentamente do que necessário e previsto;
- Fortalecer e despoluir o Rio;
- Extinguir;
- Não consolidar legitimidade;
- Atuação Cartorial e protocolar sem respaldo da comunidade e pouca efetividade nas demandas reais da bacia;
- Continuar lutando para uma política pública mais eficaz;
- Promissor;
- À medida que boas ações em defesa do meio ambiente vão ficando mais evidenciadas acredito que a ação do Comitê ficará mais consolidada também;
- Passa a ter um papel importante na defesa e solução de questões ambientais que os governos normalmente não fazem ou negligenciam;
- Crescimento e melhorias na atuação;
- Enfraquecimento.

##### CBH Rio das Velhas

- Acho que estamos em um bom caminho, especialmente se comparado com outros comitês, então se continuar assim já é bom, porém acredito que com os esforços de todos podemos melhorar ainda mais;
- Vai continuar atuando;
- Se manter com importância limitada;
- Se deixar os órgãos regulamentadoras a vontade vai acabar. Precisamos implantar subcomitês em outros cbh's. Só assim esta forma de gestão será de uma vez por todas sacramentada;
- Atuante;
- Poderá sucumbir;
- Estacionar sem muitos resultados;
- Funcionar, mas sem grande relevância;
- Continuará, com muita luta;
- O comitê é reconhecido como um dos mais atuantes e produtivos do estado e tende a continuar a ser;
- Descrédito;
- É incerto, assim como a política no âmbito estadual e federal;
- Eu penso que a temática de gestão de recursos hídricos exige um constante aprimoramento nos mecanismos de participação, tomada de decisão e gestão adaptativa. Ou seja, não devemos pensar em continuar como está, mas sim uma melhoria contínua;
- O futuro dos CBHs e da sociedade em geral é manter um trabalho se resultados devidos e com constância em recomeçar, reconstruir, tentar fazer diferente e nunca se chega lá como devido ou vamos chegar em 200 anos o que se poderia chegar em 20 anos se for feito com continuidade aquilo que se sabe que precisa ser feito.

Segue abaixo Tabela 1 resumo com os principais resultados relacionados ao perfil dos conselheiros.

Tabela 3- Resumo do perfil dos conselheiros

	<b>CBH do Rio Pará</b>	<b>CBH Rio das Velhas</b>
<b>Gênero</b>	Masculino (65%)	Masculino (68,8%)
<b>Cor/Raça/Etnia</b>	Branco (75%)	Branco (43,8%)
<b>Faixa etária</b>	Predominância 61 a 70 anos (30%) e 31 a 40 (30%)	Equilíbrio 61 a 70 anos (25%) e 41 a 50 (25%) e 31 a 40(25%)
<b>Escolaridade</b>	Especialização/MBA (40%)	Especialização/MBA (31,3%)
<b>Perfil atuação profissional</b>	Engenharias (31%) e Ciências Sociais Aplicadas (30%)	Ciências Sociais Aplicadas (43,8%)
<b>Renda familiar</b>	R\$ 4.180,01 a 10.450,00 (40%) R\$ 10.450,01 a R\$ 20.900,00 (35%)	R\$ 4.180,01 a 10.450,00 (31,3%) R\$ 2.090,01 a 4.180,00 (25%) Acima de R\$ 20.900,01 (25%)
<b>Tempo de Participação no CBH</b>	1 a 3 anos (30%) 4 a 6 anos (30%)	1 a 3 anos (31,3%) Mais de 10 anos (31,3%)
<b>Representante em outros conselhos</b>	Sim (45%)	Sim (62,5%)
<b>Nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre pautas do CBH</b>	Satisfatório (70%)	Satisfatório (81,3%)
<b>Compreensão sobre os assuntos tratados no CBH</b>	Sim, parcialmente (65%)	Sim, parcialmente (56,3%)

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados, pode-se afirmar que, mesmo após anos de implementação das Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, e evolução da cultura no sentido de ampliação da valorização da diversidade nas instituições/conselhos, é possível afirmar que em termos de pluralidade dos conselheiros há um desafiador caminho a ser trilhado pelos comitês de bacia. A prática

da democracia participativa e representativa apresenta seus limites, sendo necessário aprofundar nas suas dimensões, cujo processo é lento, exigindo paciência e dedicação.

Como observado, o padrão dos conselheiros permanece masculino, branco, com alta escolaridade e renda se comparada à média brasileira. Demonstrou equilíbrio em relação à representação de rendas familiares, constando que estes comitês estaduais incorporam em sua composição mais de um segmento da sociedade. No entanto, ainda considerado, pelos dados desta e demais pesquisas similares como uma agenda de público elitizado, pela sua complexidade, pelo seu histórico de construção.

A pluralidade se mostra necessária, pois reflete a diversidade de perspectivas representadas nos debates e nas decisões dos conselhos, tornando a política de fato, participativa.

Observou-se também o início de uma evolução no sentido da inclusão de jovens adultos no processo de gestão das águas, não excluindo assim a necessidade de ações para potencializar ainda mais essa participação.

Foi observado pouco empenho (taxa de respostas) na participação dos conselheiros dos plenários para responder ao questionário proposto, considerando a importância dessas pesquisas em prol da agenda de recursos hídricos. Um número maior de respondentes proporciona maiores níveis de confiança e possibilidades de análises. O comprometimento dos conselheiros é essencial para que a evolução do sistema aconteça.

É necessário que os comitês tracem diretrizes para ampliar e democratizar as discussões sobre a agenda da água, capacitando seus membros e executando ações, envolvendo comunicação e mobilização com viés de ampliar a participação de jovens e mulheres, por exemplo, no debate relacionado à gestão das águas, atingindo de fato seu objetivo democrático e participativo (com qualidade), além de ampliar a transparência dos processos percorridos para deliberações dos CBHs.

## **5. CONCLUSÃO**

Conclui-se, a partir de toda discussão, leitura e vivência no sistema de gestão recursos hídricos, que a instituição dos comitês de bacia foi uma evolução no que diz

respeito à participação social, no entanto há que se aprimorar e efetivar essa participação, com valorização deste fórum com respeito e reconhecimento do seu papel no planejamento e gestão das águas, diversificando seus atores. É urgente a valorização de todo um Sistema de Recursos Hídricos e o fortalecimento do comitê, a começar da melhoria, ampliação e qualificação de seus representantes visando a potencialização e efetiva gestão participativa, reflete diretamente no fortalecimento de todo o sistema.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.N. et al. **Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil**. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/wrzwPtZzr78FvNtntV6Rh8v/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 03 de outubro de 2022.

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-generenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica>. Acessado em: 03 de outubro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**, Inciso XIX, Art. 286.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)

DAGNINO, E. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**, 2004

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa. **Conselhos Nacionais. Perfil de atuação dos conselheiros**, Brasília, 2013.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5309>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020. Estabelece o Regulamento do Instituto Mineiro de Gestão das águas e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50864#:~:text=Desenvolvime>



nto%20Sustent%C3%A1vel%20%E2%80%93%20Semad.-  
 ,Art.,31%20de%20agosto%20de%201981\_ Acesso em:05 de setembro de 2022.

PONTUAL, P. **Desafios à construção da democracia participativa no Brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas.**2008.

ROCHA, E. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios.** 20 anos da Constituição Cidadã: Avaliação e desafio da Seguridade Social. 2008. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras\\_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf). Acesso em: 24 de junho de 2022

Sites Consultados:

SITE DO CBH RIO PARÁ. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará. 2022. Disponível em: <https://cbhriopara.org.br/>. Acessado em:12 de dezembro de 2022.

SITE DO CBH RIO DAS VELHAS. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 2022. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/>. Acessado em:12 de dezembro de 2022.

UOL. **Rendimento dos brasileiros cai e atinge o menor patamar desde 2012, diz IBGE.** [S. l.], 10 jun. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2022/06/10/rendimento-dos-brasileiros-e-o-menor-desde-2012-aponta-ibge.htm>. Acesso em:10 de outubro de 2022.

**ANEXO I - Questionário Aplicado****PARTE I - PERFIL DOS CONSELHEIROS****1.Sexo**

Feminino

Masculino

Outros

**2.Cor/raça (marque apenas uma alternativa)**

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

**3.Faixa etária**

De 21 a 30 anos

De 31 a 40 anos

De 41 a 50 anos

De 51 a 60 anos

De 61 a 70 anos

Acima de 70 anos

**4.Escolaridade**

Ensino fundamental

Ensino médio

Curso técnico

Superior incompleto

Superior completo

Especialização /MBA

Mestrado incompleto

Mestrado completo

Doutorado incompleto

Doutorado completo

**5.Qual sua área de atuação profissional?**

Ciências Sociais Aplicadas (comunicação, administração, contabilidade, turismo, geografia, direito, serviço social, dentre outros)

Engenharias

Ciências Exatas (química, física, dentre outras)

Ciências Biológicas (biologia, farmácia, nutrição, dentre outras)

Ciências Agrárias (agronomia, zootecnia, medicina veterinária, dentre outras)

Ciências da Saúde (enfermagem, medicina, dentre outras)

Não sabe/não se aplica

**6.Renda familiar mensal (média)?**

R\$ 20.900,01 ou mais

R\$ 10.450,01 a R\$ 20.900,00

R\$ 4.180,01 a R\$ 10.450,00

R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00

Salário mínimo a R\$ 2.090,00

Até Salário mínimo

**PARTE II - ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS****7.Qual segmento você representa no Comitê?**

Usuário

Sociedade Civil

Poder Público Municipal

Poder Público Estadual

**8.Representação no Comitê?**

Titular

Suplente

Não sabe/não se aplica

**9.Qual o tempo de participação no Comitê (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado)?**

Inferior a 1 ano

De 1 a 3 anos

De 4 a 6 anos

De 7 a 10 anos

Mais de 10 anos

Não sabe/não se aplica

**10.No seu período neste comitê, já representou outros setores?**

Não

Sim

**11.Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo**

**Número total de conselheiros**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Diversidade de setores representados**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Número de conselheiros em cada setor**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Forma de escolha das entidades com assento no comitê**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Forma de escolha dos Conselheiros dentro das entidades**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**12.Assinale suas três opções, em ordem de relevância, selecionando sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:**

Nenhuma interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais

( )1ª, ( )2ª e ( )3ª

Interesses da minha instituição ( )1ª, ( )2ª e ( )3ª

Interesses do meu setor ( )1ª, ( )2ª e ( )3ª

Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos ( )1ª, ( )2ª e ( )3ª

Interesses de toda a coletividade( )1ª, ( )2ª e ( )3ª

Não sabe

**13. Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (Marque na coluna correspondente a cada setor):**

**Poder Público Estadual**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Poder Público Municipal**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Usuários de recursos hídrico**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**Sociedade Civil**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco Satisfatória / Insatisfatória/ Não sabe ou não se aplica

**14. Com que frequência você consulta sua base de apoio para:**

*I – Definir/sustentar posicionamento no comitê*

Sempre / Frequentemente / Às vezes / Raramente / Nunca / Não sabe ou não se aplica

*II – Relatar os debates/deliberações do comitê*

Sempre / Frequentemente / Às vezes / Raramente / Nunca / Não sabe ou não se aplica

*III – Prestar contas sobre a sua atuação no comitê*

Sempre / Frequentemente / Às vezes / Raramente / Nunca / Não sabe ou não se aplica

*IV – Construir/Fortalecer articulações*

Sempre / Frequentemente / Às vezes / Raramente / Nunca / Não sabe ou não se aplica

**15. Além deste comitê, você é ou foi conselheiro de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?**

Não

Sim, mas atualmente sou conselheiro apenas deste comitê

Sim, sou conselheiro de outros conselhos

**16. Seu nível de informação para argumentação, debate e decisão sobre as pautas do comitê.**

Muito satisfatória

Satisfatória

Pouco satisfatória

Insatisfatória

Não sabe/não se aplica

**PARTE III - FUNCIONAMENTO DO COMITÊ**

**17. Para você, com que frequência a atuação dos conselheiro corresponde aos interesses de seus respectivos setores?**

Não sabe/não se aplica

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

**18. Avalie a influência da atuação do comitê em relação a:**

**Agenda no Estado de MG**

Muito significativa / Significativa / Pouco significativa / Não tem influência / Não sabe

**Agenda da SEMAD**

Muito significativa / Significativa / Pouco significativa / Não tem influência / Não sabe

**Iniciativas da sociedade civil**

Muito significativa / Significativa / Pouco significativa / Não tem influência / Não sabe

**Iniciativas do setor produtivo**

Muito significativa / Significativa / Pouco significativa / Não tem influência / Não sabe

**Percepção da opinião pública sobre o tema**

Muito significativa / Significativa / Pouco significativa / Não tem influência / Não sabe

**19. Em geral, os assuntos tratados no comitê são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?**

Não

Sim, parcialmente

Sim, plenamente

**20. A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?**

Não

Sim, parcialmente

Sim, plenamente

**21. Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do comitê?  
(Marque a coluna correspondente a cada setor)**

**Poder Público Estadual**

Ajuda bastante / Ajuda / Não ajuda nem atrapalha / Atrapalha / Atrapalha bastante / Não sabe ou não se aplica

**Poder Público Municipal**

Ajuda bastante / Ajuda / Não ajuda nem atrapalha / Atrapalha / Atrapalha bastante / Não sabe ou não se aplica

**Usuários de recursos hídricos**

Ajuda bastante / Ajuda / Não ajuda nem atrapalha / Atrapalha / Atrapalha bastante / Não sabe ou não se aplica

**Sociedade Civil**

Ajuda bastante / Ajuda / Não ajuda nem atrapalha / Atrapalha / Atrapalha bastante / Não sabe ou não se aplica

**22. Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do comitê (Marque a coluna correspondente a cada setor/segmento)**

**Secretaria Executiva (Agência Peixe Vivo)**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco satisfatória / Insatisfatória / Não sabe ou não se aplica

**Meios de comunicação e divulgação (informes, website, publicações)**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco satisfatória / Insatisfatória / Não sabe ou não se aplica

**Plenária**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco satisfatória / Insatisfatória / Não sabe ou não se aplica

**Regimento Interno**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco satisfatória / Insatisfatória / Não sabe ou não se aplica



**Deliberações**

Muito satisfatória / Satisfatória / Pouco satisfatória / Insatisfatória / Não sabe ou não se aplica

**23. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo comitê? (Marque no máximo duas alternativas)**

Pouco tempo de discussão nas reuniões

Reuniões muito esparsas

Excesso de reuniões

Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência

Questões políticas alheias à agenda do comitê

Divergência nas opiniões dos conselheiro

Baixa prioridade política por parte do Poder Público

Falta de consideração às decisões do comitê

Outras (escrever quais)

**24. Quais os principais pontos fortes na atuação do comitê?****25. O que poderia ser feito para melhorar a atuação do comitê?****26. Se tudo continuar como está, qual é o futuro do Comitê?****27. Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário**